

# Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 27

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

Reforma tributária fere o "pacto federativo", dizem entidades do Fisco..... 5

HERMES DE LUNA - JOÃO PESSOA - PB - OUTRAS  
ANFIP

Entidades do Fisco protestam contra Conselho Federativo na Reforma Tributária..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf fica parado e pode travar agenda..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira diz que regimento não impede votar reforma antes de texto do Carf..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaristas no PL atacam texto da reforma..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf: Câmara adia votação que tranca pauta da Casa..... 13

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma urgente (Artigo)..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeção de déficit primário será menor, antecipa Ceron..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço só será votado depois do Carf..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Voto de qualidade mantém impasse e PL do Carf terá ajuste..... 18

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Divergências sobre reforma tributária..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A articulação pelo Fundo Constitucional do DF vai até o último minuto..... 21

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em meio a divergências, governo e Lira ainda acreditam na votação da reforma tributária antes do recesso..... 23

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresários e economistas assinam manifesto em defesa da reforma tributária..... 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo está trabalhando para votar mudanças no Carf ainda nesta quarta-feira, diz Padilha ..... 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Negociações sobre reforma tributária seguem na Câmara e Lira reitera intenção de votar até 6ª ..... 26

PORTAL UOL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Líder do Republicanos quer debate aprofundado sobre a reforma tributária ..... 27

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O médico e o monstro do sistema tributário ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Manifesto reúne antagônicos em apoio à reforma ..... 30

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula troca comando do INSS e nomeia Alessandro Stefanutto para presidência do órgão ..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Inimigos da reforma dos impostos - VINICIUS TORRES FREIRE ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma tributária sueca (Artigo) ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores resistem e dificultam a votação ..... 34

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cresce pressão de prefeitos e governadores por mudanças ..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O opositor Bolsonaro (Editorial) ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta reduz preço da cesta básica em 1,7%, afirma consultor do Banco Mundial ..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saiba como funcionam impostos da reforma ..... 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governadores e lobby impõem obstáculos para reforma tributária ..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas fazem manifesto em defesa da reforma tributária ..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produção de veículos tem maior alta em 9 meses sob expectativa de pacote ..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após pressão de Estados, relator diz que pode rever pontos da reforma ..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de Tarcísio traz risco de "calote federativo", diz Appy ..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções criadas em nova regra fiscal somam R\$ 73 bi ..... 52

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo para votar reforma tributária deve ser encorajado (Editorial) ..... 53

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e oposição medem forças - VERA MAGALHAES ..... 54

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em busca de consenso ..... 55

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária no divã - ZEINA LATIF ..... 57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Se a reforma não sair, vai custar caro para o país" ..... 59

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Manifesto a favor do projeto reúne ex-ministros e empresários ..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A aposta de R\$ 1 trilhão da reforma tributária - MARCELLO CORRÊA ..... 62

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira conta votos para levar tributária ao plenário até sexta ..... 64

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

As 26 expressões "poderá" na reforma tributária ..... 66

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta pode incluir criação de cesta básica nacional ..... 67

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Senado aprova Galípolo para diretoria do Banco Central ..... 68

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Alimentos têm a menor pressão na inflação em 45 meses ..... 70

---

Quarta-Feira, 5 de Julho de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Aprovado para o BC, Galípolo diz que linguagem do Copom gera ruído ..... 71

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Venezuela e China provocam divisão na Cúpula do Mercosul (Editorial).....72

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

A volta da inflação muda o mundo (Artigo)..... 74

# Reforma tributária fere o "pacto federativo", dizem entidades do Fisco

Cerca de 60 representantes de entidades do Fisco estadual e distrital foram ao Congresso, ontem à tarde, para mobilizar os parlamentares sobre o perigo de uma centralização da administração da arrecadação e do repasse de **tributos** aos entes federados.

"O Conselho Federativo previsto no texto da **Reforma Tributária**, em nossa opinião, retira a autonomia e fere o pacto federativo, na medida que desloca todo o poder para um órgão que nem sequer foi previsto na Constituição", destaca Francelino Valença, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Reunidos no Pré-Fórum Internacional Tributário (Pré-FIT 23), em Brasília, os servidores do Fisco lamentaram o curto período de debate da **Reforma Tributária** e defendem que, ainda em 2023, seja realizada a **Reforma Tributária** sobre a Renda e o Patrimônio.

No Pacto de Brasília, documento conjunto divulgado pelas entidades do Fisco na sexta-feira, 30, é feito apontamento de que o Conselho Federativo subordina a administração tributária dos entes subnacionais e possibilita a participação de representantes da iniciativa privada, o que, para eles, pode colocar em risco a fazenda pública e comprometer o sigilo das operações mercantis, dos dados, da vida privada e da intimidade dos cidadãos, atentando contra os direitos individuais e a segurança dos contribuintes.

O Pacto de Brasília é formado por oito entidades associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

As entidades defendem que esse ponto da proposta seja reformulado.

"A **Reforma Tributária** vai transformar o futuro do país, mas não está caminhando do jeito que gostaríamos. Entendemos que a reforma do consumo não resolverá o problema estrutural do país em relação ao sistema tributário", destacou Gilberto Pereira, vice-presidente da **Anfip**. Para ele, a reforma do consumo é importante, mas o parlamento deve priorizar a reforma da renda e do patrimônio para enfrentar as desigualdades.

Em sua manifestação, Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, defendeu mudanças estruturais na matriz tributária para combater a regressividade do sistema, bem como a revisão dos benefícios tributários, do ponto de vista jurídico e econômico.

"A **Reforma Tributária** precisa reduzir as desigualdades atacando os mecanismos que causam injustiças, como a regressividade tributária e benefícios fiscais ineficientes", destacou.

Realizado na Câmara dos Deputados, o Pré-FIT 2023 colocou em debate a importância da implementação de uma **Reforma Tributária** ampla que vise promover eficiência econômica e reduzir as desigualdades sociais.

O evento antecede o Fórum Internacional Tributário, que acontece de 28 a 30, também em Brasília. É uma realização da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de **Tributos** Municipais (Fenafim).

ENTENDA

O que é **reforma tributária**?

Presente na pauta de votações da Câmara desta semana, a **reforma tributária** pretende alterar o modelo brasileiro de tributação, implantado em 1988, deixando para trás um sistema que hoje é considerado complexo e disfuncional. Discutida há décadas, a proposta ocupa agora o pódio de prioridades da agenda econômica do governo, que vê na unificação e simplificação da tributação uma possibilidade de reduzir a sonegação ao passo que aumenta a competitividade das empresas.

A reforma substitui todos os **tributos** sobre o consumo por um imposto sobre o valor agregado, pago pelo consumidor final, cobrado de forma não cumulativa em todas as etapas da cadeia produtiva. O texto inclui a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com montante de R\$ 40 bilhões, para destinar verba a projetos de Estados com menos orçamento. Veja mais.

Como a reforma vai mexer com os **impostos**?

A mudança na legislação dos sistemas de **impostos** irá extinguir os **tributos** sobre o consumo, IPI (federal), PIS (federal), Cofins (federal), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Esses **impostos** dariam lugar para dois Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), que seriam criados com a emenda, de forma dual: um do governo federal e outro compartilhado entre Estados e municípios.

Um deles é o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios; e o outro a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar os **tributos** federais: PIS, Cofins e IPI, com base ampla e não cumulatividade plena na cadeia de produção - ou seja, sem tributação em cascata.

O imposto será cobrado no destino (local do consumo do bem ou serviço), e não na origem, como é hoje. Haverá desoneração de exportações e investimentos.

Haverá ainda o Imposto Seletivo, que incidirá sobre a produção, comercialização ou importação de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A taxação será usada para substituição do IPI e irá manter a Zona Franca de Manaus.

O que é e como vai funcionar o Fundo de Desenvolvimento Regional?

O Fundo de Desenvolvimento Regional sempre foi considerado um dos empecilhos para o avanço da **reforma tributária**. Com montante de R\$ 40 milhões, o fundo tem o objetivo de distribuir recursos mediante critérios para a redução de desigualdades regionais e o estímulo ao desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Ele será criado para compensar a perda, com a **reforma tributária**, do mecanismo de incentivos tributários concedidos pelos Estados para atrair empresas às suas regiões.

Esse foi um dos motivos para que, ao longo das tentativas de aprovar a reforma, o fundo tenha sido um tema delicado, já que a concessão desses incentivos fiscais fomentou a guerra fiscal entre os Estados e aumentou a confusão tributária do País nas últimas décadas.

Diversos governadores que pedem a ampliação do valor para R\$ 75 bilhões poderão mobilizar as bancadas estaduais para aumentar o valor.

Por que fazer uma **reforma tributária**?

Além da simplificação dos **impostos**, um dos principais argumentos de defesa a reforma é a não cumulatividade plena. A CBS e o IBS não incidirão em cascata em nenhuma fase da cadeia produtiva.

Hoje, o modelo brasileiro é de cumulatividade parcial.

Alguns setores da economia continuam pagando em cascata.

Outros pagam por valor adicionado em cada etapa da cadeia (pagam sobre o valor acrescentado sobre o preço anterior), mas contam com isenções ao longo das etapas que resultam em maior tributação ao fim da cadeia.

A expectativa é de que a **reforma tributária** consiga alavancar um crescimento econômico no Brasil.

De acordo com o texto, a reforma deve gerar crescimento adicional da economia (**PIB**) superior a 12% em 15 anos.

Hoje, isso representaria R\$ 1,2 trilhão a mais no **PIB** de 2022.

Uma das explicações para esse possível crescimento é que o IBS simplifica o sistema, eliminando custos para as empresas, e a indústria é mais favorecida porque pode ter mais créditos de **tributos** pagos por insumos.

Também espera-se que a mudança consiga acabar com a guerra fiscal, já que a redução de **impostos** para atrair fábricas não fará mais sentido visto que o imposto será cobrado no destino do bem ou serviço.

Outra vantagem, segundo seus defensores, é a transparência.

Com a mudança, o consumidor vai saber quanto está pagando de imposto em cada produto ou serviço.

Como vão funcionar as alíquotas?

Haverá uma alíquota padrão, uma reduzida em 50% e uma alíquota zero. Os percentuais serão discutidos em lei complementar.

A alíquota reduzida atenderá transporte público, serviços de saúde, serviços de educação, produtos agropecuários, cesta básica, atividades artísticas e culturais e parte dos medicamentos.

Já a alíquota zero será para medicamentos, Prouni, produtor rural pessoa física.

As exceções são a Zona Franca de Manaus e o Simples, que manteriam suas regras atuais. Além disso, alguns setores teriam regimes fiscais específicos: operações com bens imóveis, serviços financeiros, seguros, cooperativas, combustíveis e lubrificantes, planos de saúde.

Como ficarão o IPVA e o IPTU?

O IPVA será cobrado também sobre veículos aquáticos e terrestres. Será menor para veículos de menor impacto ambiental. Ou seja, quem polui mais, paga mais.

Sobre o IPTU, há a possibilidade de mudar a base de cálculo do imposto por decreto, a partir de critérios estabelecidos em lei municipal.

Haverá cashback?

A emenda constitucional deve prever a devolução de parte do imposto pago. A ideia inicial era incluir na PEC o mecanismo de devolução a famílias de baixa renda.

**Site: [https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp\\_site/issue-be46e0cf7326a5d49c895361648c5e55.pdf](https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-be46e0cf7326a5d49c895361648c5e55.pdf)**

# Entidades do Fisco protestam contra Conselho Federativo na Reforma Tributária

Cerca de 60 representantes de entidades do Fisco estadual e distrital vão ao Congresso Federal, na tarde desta terça-feira (4), para mobilizar os parlamentares sobre o perigo de uma centralização da administração da arrecadação e do repasse de **tributos** aos entes federados. "O Conselho Federativo previsto no texto da **Reforma Tributária**, em nossa opinião, retira a autonomia e fere o pacto federativo, na medida que desloca todo o poder para um órgão que nem sequer foi previsto na Constituição", destaca Francelino Valença, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Reunidos desde o início desta manhã no Pré-Fórum Internacional Tributário (Pré-FIT 23), em Brasília, os servidores do Fisco lamentam o curto período de debate da **Reforma Tributária** e apontam que, ainda em 2023, seja realizada a **Reforma Tributária** sobre a Renda e o Patrimônio.

No Pacto de Brasília, documento conjunto divulgado pelas entidades do Fisco na última sexta-feira (30), é feito apontamento de que o Conselho Federativo subordina a administração tributária dos entes subnacionais e possibilita a participação de representantes da iniciativa privada, o que, para eles, pode colocar em risco a fazenda pública e comprometer o sigilo das operações mercantis, dos dados, da vida privada e da intimidade dos cidadãos, atentando contra os direitos individuais e a segurança dos contribuintes. O Pacto de Brasília é formado por oito entidades associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. As entidades destacam que o ponto da proposta seja reformulado.

"A **Reforma Tributária** vai transformar o futuro do país, mas não está caminhando do jeito que gostaríamos. Entendemos que a reforma do consumo não resolverá o problema estrutural do país em relação ao sistema tributária", destacou Gilberto Pereira, vice-presidente da **Anfip**. Para ele, a reforma do consumo é importante, mas o parlamento deve priorizar a reforma da renda e do patrimônio para enfrentar as desigualdades.

Em sua manifestação, Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, defendeu mudanças estruturais na matriz tributária para combater a regressividade do

sistema, bem como a revisão dos benefícios tributários, do ponto de vista jurídico e econômico. "A **Reforma Tributária** precisa reduzir as desigualdades atacando os mecanismos que causam injustiças, como a regressividade tributária e benefícios fiscais ineficientes", destacou.

Realizado na Câmara dos Deputados, o Pré-FIT 2023 colocou em debate a importância da implementação de uma **Reforma Tributária** ampla que vise promover eficiência econômica e reduzir as desigualdades sociais. O evento antecede o Fórum Internacional Tributário, que acontece de 28 a 30, também em Brasília. É uma realização da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de **Tributos** Municipais (Fenafim).

**Site:** <https://hermesdeluna.com.br/entidades-do-fisco-protestam-contra-conselho-federativo-na-reforma-tributaria/>



# Carf fica parado e pode travar agenda

**Raphael Felice, Ândrea Malcher**

A votação em Plenário do projeto de lei (PL) que restabelece o voto de qualidade nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, previsto para ser votado ontem, foi adiado pela segunda vez. A indefinição sobre a matéria preocupa a base do governo e pode emperrar o cronograma previsto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O **Carf** tramita em regime de urgência e, por isso, tranca a pauta de votações do Plenário desde 21 de junho.

Isso representa que se o relatório do deputado Beto Pereira (PSDB-MS) não for votado até sexta-feira, os deputados não poderão votar o novo marco fiscal e nem a **reforma tributária**. Com isso, a semana de esforço concentrado convocada por Lira não surtirá o efeito desejado por ele e pelo Palácio do Planalto.

Beto considera que "o **Carf** é um tema complexo, cheio de particularidades", mas entende que o texto teve avanços significativos.

No entanto, a avaliação é de que o relatório precisa de ajustes para ter condições de ser aprovado em Plenário. O relator acredita que o parecer seja votado hoje, mas há chances de o projeto não andar e frustrar os planos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conseguir uma tripla vitória antes do recesso.

Entre os pontos de desacordo das bancadas com o relatório de Beto Pereira está a espinha dorsal do próprio projeto, que dá a vitória ao governo em caso de empate nos julgamentos do tribunal tributário. Além disso, muitos parlamentares manifestaram insatisfação com o trecho que permite que a **Receita Federal** seja a mediadora das negociações das dívidas a serem recolhidas após a decisão do **Carf**.

Atualmente, essas cobranças são feitas exclusivamente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O próprio Lira voltou a sinalizar, ontem, que não havia compromisso de votar o PL do **Carf**. Na segunda-feira, o presidente da Câmara tinha dado a entender que a ida da matéria a Plenário poderia ser novamente adiada.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das maiores da Câmara, com 300 deputados, aumentou a

pressão contra o restabelecimento do voto de qualidade no **Carf** ao divulgar nota na qual afirma que "o governo federal não deve tentar promover a arrecadação a qualquer custo, notadamente quando pretende ferir de morte os preceitos constitucionais que protegem os contribuintes".

Segundo a posição da FPA, "o **Carf** deve funcionar como um tribunal administrativo que garanta a imparcialidade necessária de tratamento entre os interessados.

Não se pode esperar do Conselho um favorecimento ao Fisco e tampouco ao contribuinte".

#### Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

PL do **Carf** não anda e pode travar agenda de votações na Câmara

#### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/05/all.pdf>

# Lira diz que regimento não impede votar reforma antes de texto do Carf

**IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários consideram adiantar a votação da **reforma tributária** para antes do projeto de lei que retoma o "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Há um novo entendimento na Casa de que a interrupção de pauta por projetos com urgência constitucional, como é o caso do **Carf**, não atingiria Propostas de Emenda à Constituição (PEC).

"A tributária não tem trancamento (de pauta)", respondeu Lira, ao Estadão/Broadcast, ao ser questionado sobre a possibilidade de adiantar a votação da proposta. A ideia de antecipar a apreciação da reforma no plenário ganhou força diante do impasse que se formou na discussão do **Carf**. Ontem, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne 300 deputados, anunciou posição contrária ao retorno do "voto de qualidade".

REGRA. O regimento interno da Câmara não especifica que a tramitação de PECs estaria acima da urgência constitucional, mas há uma interpretação, inclusive entre técnicos da Casa, de que é possível aprovar emendas à Constituição mesmo com o trancamento da pauta.

O adiantamento da votação da **reforma tributária**, contudo, depende de um consenso sobre o texto nos próximos dias. Alguns líderes avaliam que a discussão está se tornando "ideológica", com a oposição assumindo uma postura "política". Ontem, Lira passou o dia em reuniões para explicar a PEC. Pela manhã, ele recebeu prefeitos.

"Do meu ponto de vista, se houver esse adiamento, vamos ficar com a tributária que é pauta da Casa. Se a gente alinhar como está alinhando, não vejo prejuízo se votar agora. Nossa intenção é essa", disse o relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas- PB).

A Mesa Diretora da Casa cancelou todas as reuniões de comissões temáticas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), além de sessões solenes, ao longo desta semana, para que os parlamentares se dediquem às votações da pauta econômica.

Além disso, para pressionar os deputados a virem

para Brasília, a marcação remota de presença foi suspensa.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bolsonaristas no PL atacam texto da reforma

**MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA  
I COLABOROU GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA I  
GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA I IANDER  
PORCELLA/BRASÍLIA**

Deputados aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se dizem contrários à proposta de **reforma tributária** e prometem se opor à votação. Na segunda-feira, o PL - que nas eleições passadas elegeu a maior bancada na Câmara, com 99 integrantes - bloqueou a votação do projeto que altera o funcionamento do **Carf** (o conselho de recursos da Receita), que está trancando a pauta na Casa. Parlamentares da sigla dizem que esse já foi um "recado" ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que a mudança nos **impostos** "não está madura".

A oposição entre os bolsonaristas do PL começou a ganhar corpo no fim de semana, após um post de Eduardo Bolsonaro (SP) contra a **reforma tributária**.

"Já adianto meu voto contrário. O brasileiro não aguenta mais imposto, quanto mais o pobre", escreveu o filho do ex-presidente, reverberando crítica da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) de que a reforma, como está, vai encarecer a cesta básica.

O governo contesta essa informação e diz que os cálculos estão errados.

Ontem, foi a vez do próprio ex-presidente se manifestar contra a reforma em tramitação na Câmara, esquentando a temperatura do debate. "**Reforma tributária** do PT: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres", publicou Bolsonaro, no Twitter. "Do exposto, o presidente do PL e seu líder na Câmara dos Deputados encaminharão, junto aos seus 99 deputados, pela rejeição total da PEC da **reforma tributária**." Em reação, o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PPPB), afirmou que não permitirá que o tema seja contaminado por "política radical". "Não vou entrar em briga de Bolsonaro e Lula nem de ninguém", disse o deputado, ao reforçar que a proposta apresentada não é de um partido político ou de esquerda e direita.

"CONSERTO".

Membro da ala classificada como mais moderada do PL, o deputado Luiz Carlos Motta (SP) afirmou que, se o relator aceitar "consertar" o texto à luz das propostas feitas pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), "fica mais fácil para defender".

Uma das principais peças nesse xadrez da oposição será o posicionamento do governador paulista, que negocia mudanças no texto na reta final da votação. Como mostrou o Estadão, Ribeiro estuda rever a centralização da arrecadação, após pressão de Tarcísio. Ontem, o deputado disse que está discutindo a possibilidade de incluir na proposta um dispositivo que determine que **impostos** gerados em operações de compra e venda feitas dentro de um determinado Estado fiquem nesse mesmo Estado.

Líder do Republicanos quer "debate aprofundado"

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), defendeu ontem um debate "mais aprofundado" em torno da **reforma tributária** antes de apreciar a matéria em plenário, já que, segundo ele, ainda há "grandes dúvidas" sobre o impacto das mudanças nos Estados e municípios. Ele ressaltou, no entanto, que acatará a decisão da maioria do bloco. A sigla compõe o segundo maior bloco partidário da Casa, formado também por MDB, PSD e Podemos.

"Entendemos que ainda precisamos de debate aprofundado.

Como membro do bloco e grupo, vamos acatar decisão da maioria", disse o líder durante reunião aberta do bloco partidário para debater o projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, com o relator da matéria, Beto Pereira (PSDB-MS), e a **reforma tributária**, com o relator Aguinaldo Ribeiro (PPPB).

"Ainda há grande dúvida entre governadores, prefeitos, capitais e cidades maiores. Penso que se possa debater um pouco mais, principalmente essas dificuldades que estão sendo colocadas pelos governos", continuou Pereira. Ele ponderou, no entanto, que, se o relator conseguir adequar os pontos controversos, o tema poderá ser apreciado, visto sua relevância para economia do País.

Outros parlamentares do Republicanos também têm defendido um pouco mais de tempo para analisar o texto antes de votar a matéria. Filiado ao partido, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem sido um dos principais críticos a pontos incluídos no relatório apresentado pelo relator.

"Em qualquer lugar do mundo tem guerra fiscal", diz Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), voltou a criticar ontem o projeto de **reforma tributária** em negociação na Câmara, e defendeu a guerra fiscal entre os Estados. "Rotular guerra fiscal como sendo negativo?"

Desculpa, em qualquer lugar do mundo tem guerra fiscal", declarou, em referência à prática dos Estados de conceder incentivos do ICMS para atrair empresas - e que deve terminar pelo projeto da reforma.

Em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Caiado defendeu que a reforma seja feita apenas para os **impostos** federais sobre o consumo, sem atingir os **tributos** estaduais e municipais. O governador também disse que o parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) vai aumentar a carga tributária sobre a cesta básica. Hoje, os produtos são isentos de **impostos** federais, mas especialistas dizem que as críticas não levam em conta a redução de custos ao longo da cadeia produtiva.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Carf: Câmara adia votação que tranca pauta da Casa

**GABRIEL SABOIA**

Pelo segundo dia seguido, a Câmara dos Deputados adiou a votação do projeto que altera as regras de funcionamento do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Com isso, a pauta da Casa permanece trancada, ou seja, sem que outros projetos de lei possam ser analisados.

Além do projeto do **Carf**, a equipe econômica e o presidente da Câmara, Arthur Lira, esperam ver aprovados até sexta-feira o projeto que cria um novo arcabouço fiscal no país e o primeiro turno da **Reforma Tributária**.

A volta do voto de qualidade ainda não tem maioria, de acordo com deputados, que negociam mudanças no texto. Especialmente parlamentares ligados ao agronegócio têm se manifestado contra a proposta. Deputados integrantes da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) foram chamados para uma conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante a tarde. Integrantes do governo também avaliam que a volta de Lula a Brasília hoje vai ajudar as destravar as negociações.

Ontem, o relator do projeto, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), disse que a decisão de adiar a votação foi para que os deputados pudessem se aprofundar sobre detalhes do seu relatório.

Ele lembra que o texto foi disponibilizado somente na segunda-feira. Segundo o deputado, a ideia é que a votação aconteça hoje.

-Em princípio, conto com a votação para esta quarta-feira.

É um tema que tem complexidade, não é simples. Temos pedidos de supressão de texto, edição, precisamos ter um debate constante. As ponderações não são discordantes do mérito - afirmou Pereira.

Segundo ele, a estratégia é que tudo seja negociado antes de ir para votação em plenário.

-Tudo precisa ser discutido antes de ir ao plenário.

Se o governo entender que deve retirar a urgência constitucional, eu não serei impeditivo.

O projeto tem um requerimento de tramitação com urgência constitucional que precisa ser respeitado.

Se o governo colocou isso é pelo fato de julgar importante. Vamos acelerar ao máximo para que isto esteja maduro -afirmou.

O parecer de Pereira manteve o voto de qualidade favorável ao governo quando houver empate nas decisões do tribunal administrativo que julga causas tributárias.

Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte. O parlamentar, entretanto, acolheu um acordo entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que exclui as multas e juros cobrados dos contribuintes quando o julgamento for favorável ao Fisco pelo voto de qualidade.

No texto, também foi incluída uma espécie de "Refis" para contribuintes que confessarem de forma espontânea que têm débitos tributários. Pereira nega que se trate de um Refis, e afirma que a Fazenda concordou com o programa. Ele não fez, porém, estimativa de impacto financeiro.

Tido como prioritário, o tema chegou ao Congresso como projeto de lei enviado pelo Executivo com urgência constitucional. As mudanças propostas pela equipe econômica podem gerar uma arrecadação de até R\$ 50 bilhões nas contas públicas.

\*

Debate.

Deputado Beto Pereira (PSDB-MS) diz que estratégia é negociar tudo antes de ir para votação

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma urgente (Artigo)

**Guilherme Cezar Coelh**

Em meio à discussão que antecede a votação da **reforma tributária** na Câmara, é importante ouvirmos todos e não cairmos no ti-ti-ti. Com boas notícias econômicas no Brasil, controle da **inflação** nos Estados Unidos e possível "pouso suave" sem recessão, é urgente olharmos para a frente e realizarmos a reforma, garantindo mais crescimento e renda por aqui.

Decifrar o labirinto tributário brasileiro é hoje ocupação de milhares de especialistas.

Para alguns deles, não há interesse em nenhuma simplificação nem melhoramento. Desde a Constituição de 1988, foram editadas no Brasil 443.236 normas tributárias, das quais apenas 30 mil - menos de 7% - estavam vigentes em 2021. Esse cipoal, sustento e fortuna para alguns, é uma das principais causas do nosso atraso. Precisamos vencê-lo; limpá-lo. Esta reforma é um começo.

De acusações de desinformação sobre o verdadeiro impacto tributário na cesta básica até mentiras deslavadas sobre a pretensa "impopularidade" da reforma, lemos de tudo nesta semana. Devemos, no entanto, ser firmes em não permitir o cancelamento do debate, pois a aprovação desta PEC é apenas o abre-alas para a racionalização do sistema tributário brasileiro.

A reforma se consolidará nos projetos de lei complementares que virão em seguida. O trabalho está apenas começando, e o futuro nos espera.

O que está em pauta agora é garantir a neutralidade (não haver aumento de carga tributária total) e realizar a simplificação seguindo o modelo exitoso do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), adotado nos países que prosperaram.

Também fazer com que a tributação do consumo beneficie quem paga a conta: o consumidor no destino de um bem ou serviço. Revertem-se, assim, enormes desigualdades econômicas regionais.

O relatório apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB) aponta na direção correta e ainda será melhorado. O que já temos é um avanço inestimável, com direito a um bônus: a orientação de discutirmos no Congresso, em seis meses, uma reforma dos **impostos** de renda, patrimônio e isenções. Isso será

um ótimo sinal para a economia brasileira.

Olhando à frente, nossa atenção deve estar em desonerar parte do primeiro salário mínimo, pois é uma maneira de reduzir os custos para o setor de serviços e de estimular o emprego formal.

Deveríamos também analisar em detalhe o gasto tributário. No ano que vem, torraremos R\$ 486 bilhões em isenções fiscais, o triplo do que seria desejável segundo a **Receita Federal**. Aqui cabe um ajuste fiscal e pode ser fonte para o Fundo de Compensações, hoje em discussão com os governadores. É ótimo que os governos federal e estaduais estejam alinhados em rever gastos tributários para garantir o cumprimento do novo arcabouço fiscal.

"Uma bonita semana de negociações, rica para a democracia" é como um exdeputado federal constituinte, meu pai, Ronaldo Cezar Coelho, descreveu estes dias em que vislumbramos o nosso futuro.

Esta reforma é um trabalho de anos e uma dívida da sociedade brasileira consigo mesma. A hora é agora.

Aprovação de PEC é apenas o abre-alas para a racionalização do sistema tributário brasileiro

Guilherme Cezar Coelho é economista formado pela Universidade Stanford e fundador da Samambaia.org, instituição dedicada a políticas para crescimento econômico

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeção de déficit primário será menor, antecipa Ceron

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse em entrevista exclusiva ao Valor que a tendência é o governo revisar para baixo, daqui duas semanas, a projeção de déficit primário para o ano, atualmente em R\$ 136 bilhões, no âmbito da apresentação do relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do 3o bimestre, mas ainda não deve desbloquear o montante de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento.

Essa melhora na projeção para o déficit, destacou o secretário, acontecerá por conta das novas projeções de **PIB** para o ano - a Fazenda estima crescer oficialmente 1,9% este ano, mas integrantes da equipe econômica dizem que o indicador deve ser revisado nos próximos dias e pode chegar até 3%.

"O incremento da previsão de crescimento econômico é bem forte, subiu bastante, então deve ter um impacto positivo [na projeção GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR de déficit]", afirmou Ceron. Ele repetiu ser possível que o governo feche o ano com um rombo de 1% do **PIB** nas contas públicas, ou até um pouco menos. Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o déficit deve fechar o primeiro ano de mandato do presidente Lula entre R\$ 90 bilhões e R\$ 110 bilhões.

Ceron também pontuou que o governo não vislumbra, neste momento, rever o bloqueio de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento, efetuado em maio. Isso porque o mecanismo foi utilizado para cumprimento do teto de gastos, o que independe da alta projetada para as receitas.

O valor bloqueado atingiu verbas destinadas aos ministérios das Cidades, dos Transportes e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

"Por ora, também não tem nada que indique um bloqueio adicional", ponderou o secretário.

A respeito do arcabouço fiscal, que está em semana decisiva na Câmara dos Deputados, Ceron disse que é importante que o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) seja corrigido como as demais despesas da União. A tendência é que o deputado Claudio Cajado (PP-BA), relator do projeto, rejeite as mudanças aprovadas pelo Senado e retorne ao texto

original concluído pela Câmara - os deputados devem analisar o texto novamente até sexta-feira.

Após forte pressão de parlamentares do DF, o Senado retirou os gastos do fundo dos limites de despesa do novo arcabouço fiscal.

Além disso, os gastos do FCDF também voltam a ser corrigidos pela receita corrente líquida (RCL), diferentemente de outras despesas da União (**inflação** + 70% do crescimento real da receita).

"O adequado é que as despesas do FCDF sejam corrigidas no mesmo percentual das demais despesas do arcabouço, na intenção de que a regra caminha de forma sustentável. Ele continuar crescendo a taxas diferentes de outras despesas, inclusive sociais, é ruim, já que vai pressionando e gerando desequilíbrios", argumentou o secretário.

"Isso é mais importante do que estar fora ou dentro dos limites de gastos", concluiu.

Já sobre as retiradas do Fundeb e de gastos com ciência e tecnologia dos limites de despesa do novo marco fiscal, Ceron se limitou a dizer ser "difícil" fazer a discussão sobre o que é meritório ficar fora ou dentro do teto. "[Há quem argumente que] Fundeb vai ficar fora do teto porque é meritório, mas saúde também é meritório.

Essas exclusões são difíceis, bem como dialogar sobre elas." A Fazenda, pontuou o secretário, trabalha junto a Cajado para manter a inclusão do Senado que permite que o governo condicione despesas no envio do Orçamento de 2024 - o texto aprovado pela Câmara exigia um corte de até R\$ 40 bilhões em despesas discricionárias, um problema para o governo que só seria corrigido no próximo ano com o dado fechado da **inflação**, segundo cálculos do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

"Queremos evitar que vire um jogo de disputa sobre quem vai levar qual pedaço do Orçamento [caso o texto seja enviado com o corte de R\$ 40 bilhões]. Com as despesas condicionadas, é possível organizar melhor de partida", pontuou.

O secretário do Tesouro também disse que o atraso na tramitação do Projeto de Lei do **Conselho**

**Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** deve deixar eventuais ganhos na receita para 2024. A tentativa de mudança nas regras do órgão recursal da **Receita Federal** é uma das principais apostas da Fazenda para elevar a arrecadação nos próximos anos, com o retorno do voto de desempate pró-Fisco.

"Se [o PL] tivesse caminhado no prazo previsto, ajudaria a reduzir mais o resultado fiscal previsto para o ano no processo de recomposição [da base fiscal]. Com o atraso, e esperamos que ele caminhe bem e seja concluído no Senado, ele vai gerar mais efeitos em 2024", considerou Ceron.

"Incremento da previsão de crescimento é bem forte, subiu bastante e deve ter impacto positivo"

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Projeção de déficit primário será menor, antecipa Ceron

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1)



# Arcabouço só será votado depois do Carf

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cancelou a reunião que ocorreria nessa terça-feira com os partidos para decidir sobre as emendas do Senado ao projeto de lei do novo arcabouço fiscal e informou ao relator, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que só tratará do tema após votar o projeto do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O PL do **Carf** tranca a pauta de votações enquanto não for analisado e impede a análise do marco fiscal, mas enfrenta dificuldade de aprovação entre os partidos.

Os empresários defendem a rejeição da proposta por entenderem que os casos de empate no tribunal administrativo devem dar ganho de causa ao contribuinte, enquanto o governo quer a volta da regra em que o desempate é dado pelo representante da **Receita Federal**.

Cajado disse ao Valor que só apresentará seu parecer as emendas do Senado após reunião com os líderes dos partidos e Lira, que só ocorrerá depois de aprovado o **Carf**. Por enquanto, o governo não pretende retirar o requerimento de urgência do **Carf** para permitir a análise do arcabouço e, por isso, pode ser que ambos só sejam votados na próxima semana.

O relator voltou a defender a rejeição de todas as emendas do Senado, mas ressaltou que sua sugestão será submetida aos partidos. "Minha avaliação técnica é de que as emendas do Senado não fazem sentido.

Mas o que vai prevalecer é a posição política dos líderes dos partidos no dia da reunião", comentou.

Cajado disse entender se os líderes decidirem aprovar a emenda do Senado para que os gastos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e com ciência e tecnologia fiquem fora da nova regra fiscal, mas que o governo errou ao não ter trabalhado no Senado para mantê-los dentro do arcabouço. Com isso, disse, a União perderá entre R\$ 5 bilhões e R\$ 9 bilhões em despesas que poderia executar no próximo ano.

"Você vai reduzir a base de cálculo sobre a qual o governo poderá elevar suas despesas em 70% das receitas.

Essas despesas vão continuar no Orçamento e contando para o resultado primário, mas não contarão

para elevar os gastos", disse.

Ele também defendeu rejeitar a emenda do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), para permitir que cerca de R\$ 40 bilhões dos gastos que o governo quer fazer em 2024 entrem no projeto de lei orçamentária como despesas condicionadas à alta da **inflação** no fim do ano. Mas a decisão, destacou, será dos partidos. (RDC e MR)

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1>

# Voto de qualidade mantém impasse e PL do Carf terá ajuste

O relatório do deputado Beto Pereira (PSDB-MS) sobre o projeto do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** enfrentou resistências de parte do empresariado, dos partidos, do governo e de representantes da **Receita Federal** e acabou com a votação adiada para passar por ajustes.

O tucano passou o dia reunido com diversos partidos para debater o texto, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tenta votar nesta quarta-feira.

Pereira incluiu em seu parecer o acordo entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre os casos de empate no **Carf**, mas não agradou parte do empresariado. A bancada ruralista reclamou da tentativa de gerar caixa "às custas de quem gera emprego e renda". "No Código Tributário Nacional, no artigo 112, é dito de forma objetiva que, em caso de dúvida sobre a interpretação da **legislação tributária** que define, deve-se decidir em favor do contribuinte. Ou seja, mesmo que o cenário apresente dificuldades de definição, o voto de qualidade deverá pender para o lado do cidadão", afirmou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A Confederação Nacional do Comércio (CNC) disse que a medida "é um retrocesso".

O projeto foi editado pelo governo para tentar voltar com o "voto de qualidade" no **Carf**, quando o presidente da turma, que é sempre um representante da Receita, desempata os processos sobre litígios tributários.

Isso fazia com que o contribuinte perdesse em 95% das vezes. No governo Bolsonaro, o empate passou a favorecer o contribuinte, o que levou a perdas bilionárias para a União e a proposta de Haddad de retomá-la, com o objetivo de arrecadar R\$ 50 bilhões este ano e desestimular práticas tributárias "abusivas".

O parecer de Pereira acatou o acordo de um "meio-termo": se o representante do Fisco garantir a vitória da União no critério de desempate, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas ficará isento de multa de ofício e de responder a processos penais por fraude. Além disso, se quitar o débito sem questioná-lo na Justiça, ficará isento dos juros e poderá pagá-lo em até 12 parcelas, com o uso inclusive de créditos de prejuízo fiscal e de CSLL. Já quem decidir recorrer à

Justiça poderá não apresentar garantia em dinheiro ou bens no processo se atestar a "capacidade de pagamento" por um auditoria.

A proposta ainda causou controvérsia entre os partidos, que fizeram seguidas reuniões com Pereira nessa terça-feira para debater o projeto. O relator prometeu ajustes no texto e um novo parecer deve ser protocolado nesta quarta.

Outro impasse criado foi ele ter acatado emenda proposta por auditores para que a **Receita Federal** possa fazer transação tributária e negociar descontos para pagamento de autuações fiscais antes que sejam inscritas na Dívida Ativa (fase em que a negociação fica a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

O Fórum da Advocacia Pública Federal protestou que falta "competência constitucional" para a Receita executar esta função e que a PGFN faz o controle suplementar para evitar execuções fiscais indevidas. "Transação sem litígio é renúncia de receita, estimula a inadimplência e fere a lei de responsabilidade fiscal", afirmou a entidade em nota.

Já presidente do Sindifisco, Isac Santos, defendeu que a transação faz mais sentido nas etapas iniciais do contencioso fiscal.

"No lançamento da autuação, há uma incerteza sobre se a dívida existe e se inicia uma discussão administrativa. Então faz mais sentido você negociar um desconto e encerrar esse debate logo do que 15 anos depois, quando há inscrição na Dívida Ativa e já se diminuiu a dúvida sobre a dívida existe ou não", afirmou.

Além dos impasses técnicos, há os políticos. Lira reuniu-se com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e avisou que os deputados estão insatisfeitos com as promessas não cumpridas, como o pagamento das emendas e a demora em nomear o deputado Celso Sabino (União-PA) para o Ministério do Turismo. Havia expectativa de que a troca ocorresse esta semana, para ser prestigiada pelos colegas, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou para a Argentina sem resolver isso.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Voto de qualidade mantém impasse e PL do Carf terá ajuste

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1)**

# Divergências sobre reforma tributária

Ainda na segunda-feira (3/7), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), incluiu na pauta a votação da **reforma tributária**. Essa decisão foi tomada em acordo com o colégio de líderes da Casa, ainda na segunda, para votar "até o final" pautas consideradas importantes para o país e que estão penduradas no Congresso. Além da nova regra de **tributos**, os parlamentares devem votar antes do recesso - que começa em 17 de julho - o projeto de lei (PL) do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** (regra favorável ao governo em caso de empates) e o arcabouço fiscal, proposto pelo Ministério da Fazenda para substituir o teto de gastos. Para esse esforço de votar as medidas, Lira suspendeu reuniões de comissões e sessões solenes. A previsão é que a reforma comece a ser votada ainda esta semana.

"**Reforma tributária, Carf** e arcabouço fiscal são prioridades na discussão da Câmara. As bancadas e as frentes parlamentares se dedicarão ao debate dessas três pautas para que, até o final, tenhamos aprovadas as matérias. É chegada a hora de darmos um salto e aprovarmos uma nova **legislação tributária** que o Brasil merece. Daremos celeridade na votação dessas matérias fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país", escreveu Lira em seu perfil do Twitter.

A **reforma tributária** está contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019. O texto prevê a extinção de cinco **impostos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - que serão unificados. O novo tributo terá uma parcela gerida pela União (Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS), e outra pelos Estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS).

Entre os deputados da Serra, Maurício Marcon (Podemos) quer mais debate para discutir uma pauta que considera "tão importante para o país".

- É inegável que o Brasil precisa de uma **reforma tributária**, mas votar um tema tão importante para o país de forma açodada e sem uma discussão profunda sobre o assunto, deixando dúvidas e temores sobre suas consequências, não me parece o caminho correto. Se não houver diálogo e mais consenso sobre o tema, meu voto será "não" - declarou o deputado.

Por outro lado, a deputada Denise Pessôa (PT) declarou ser favorável, já que a mudança deve simplificar e tornar o processo mais transparente.

- Entendo que o processo deve ser mais simplificado, é um modelo que torna mais transparente o que se paga no imposto. Além disso, os **impostos** acabam não se sobrepondo. Em Caxias, que temos a indústria muito forte, no sistema atual temos (cobrança de) imposto sobre imposto, e a indústria acaba sendo enfraquecida com esse sistema - ressaltou Denise.

Quem também é favorável à reforma é o governador Eduardo Leite (PSDB), que ontem teve reuniões em Brasília com governadores, deputados e senadores que integram o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) sobre o tema.

"Apoiamos a reforma para que ela simplifique a arrecadação e ajude a aumentar a produtividade no país. Há pontos que precisam ser ajustados", relatou Leite em rede social.

A REFORMA | A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 prevê, de forma central, a unificação de cinco **tributos** atuais.

PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS serão extintos, dando espaço a um novo tributo, que terá uma parcela gerida pela União (Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS), e a outra pelos Estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS).

IA proposta cria uma série de ferramentas de compensação, como cashback, uma espécie de devolução de parte do imposto a faixas específicas da população, e um Fundo de Desenvolvimento Regional, para promover regiões menos desenvolvidas.

Está previsto um período de transição de cinco anos para calibrar alíquotas, e uma transição federativa, entre 40 e 50 anos, para manter a arrecadação da União, dos Estados e municípios.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/>

# A articulação pelo Fundo Constitucional do DF vai até o último minuto

**Arthur de Souza**

A intensa articulação política pela preservação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) vai continuar até a votação do arcabouço fiscal no plenário da Câmara dos Deputados. É o que garante a bancada do DF e outros políticos ligados à capital do país. Havia uma expectativa para que o texto vindo do Senado Federal fosse votado nesta terça-feira (4/7), mas por motivo regimental, isso não ocorreu. Só é possível votar o arcabouço após serem apreciadas outras matérias que tramitam em regime de urgência e, por este motivo, trancam a pauta até serem apreciadas. É o caso do Projeto de Lei 2384/23, que altera o funcionamento do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Desta forma, os parlamentares seguem buscando apoio para garantir a manutenção do FCDF da forma como é calculado atualmente. Nesta terça-feira (4/7), a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), se reuniu com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), e esteve no Congresso Nacional, ao lado do secretário de Planejamento, Orçamento e Administração (Seplad), Ney Ferraz, para conversar com os líderes de partidos, na tentativa de angariar mais votos a favor do Fundo Constitucional. Acredito que a questão do fundo está resolvida. Eu não posso falar pelo (Cláudio) Cajado, nem pelo (Arthur) Lira e nem pelos líderes. Mas a construção que fizemos foi muito positiva, disse Celina, otimista.

Arthur Lira informou aos líderes que quer fazer um esforço concentrado para votar o máximo de pautas possíveis nesta semana e que deixará o plenário aberto até sexta-feira. A próxima semana é a última antes do recesso parlamentar, mas, o presidente da Câmara pretende votar as pautas econômicas ainda nesta semana, entre elas, o arcabouço fiscal.

O Correio entrou em contato com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), para comentar sobre a votação. Ao ser questionado se pretendia ir até a Câmara dos Deputados para acompanhar o andamento da pauta, ele não deixou claro e disse apenas que está no controle. Sobre suas expectativas quanto à votação, Ibaneis ressaltou o que vem discursando recentemente e a classificou como positiva.

Acho que está caminhando para um consenso. A expectativa é boa para conseguirmos manter como está

Erika Kokay (PT-DF), deputada federal

Consenso

A deputada Erika Kokay (PT-DF) também se mostrou otimista em relação ao rumo do Fundo Constitucional. De acordo com a parlamentar, em conversa com Lira, ele teria dito que vai defender o texto do Senado, no que diz respeito ao FCDF. Ele (Lira) informou que conversou com o Omar (Aziz) e tirou as dúvidas que tinha. Assim como o (José Nobre) Guimarães - líder do governo na Câmara -, o Lira também tinha dúvidas em relação aos cálculos, comentou. Conversei também com Guimarães e ele disse que a tendência do colégio de líderes é fechar com o texto do Senado. Acho que está caminhando para um consenso. A expectativa é boa para conseguirmos manter como está, observou a deputada.

Kokay ressaltou que, em reunião, o PT deliberou a favor do texto do Senado. Mas isso significa somente a posição do partido, não quer dizer que todos os deputados devem votar da mesma forma, ponderou. Ainda de acordo com a parlamentar, o Republicanos também está a favor do FCDF. Desta forma, se todos os deputados eleitos pelos partidos citados votarem pela manutenção do texto do Senado, somados ao PSD - que também deliberou pela manutenção do cálculo como é feito atualmente -, serão 154 votos.

O deputado Reginaldo Veras (PV) deu uma opinião mais dúbia sobre o futuro do recurso federal. Ao Correio, o parlamentar classificou a situação do FCDF como uma incógnita absoluta. Só entendo que o cenário atual na Câmara seja menos ruim do que a primeira vez que foi votado, não significa que seja boa. Difícil fazer um prognóstico preciso do que vai acontecer, em relação ao FCDF, destacou.

Em relação à atuação dos políticos locais, Veras elogiou e voltou a cobrar um papel mais incisivo do governador Ibaneis Rocha. Todos os atores (políticos) do DF estão entrando em ação - deputados, senadores e a vice-governadora. Só acho que está faltando um pouco mais de atitude presencial do governador, já que ele é a maior liderança política da

cidade , pontuou.

Deputado do Partido Liberal (PL), Alberto Fraga disse achar que o bom senso deve predominar na Câmara. Acho que o texto do Senado não será modificado e o FCDF fica fora do arcabouço fiscal , opinou. Em relação ao posicionamento da bancada de seu partido, Fraga revelou que será favorável ao fundo. Com isso, 99 votos devem ser computados pela manutenção do texto do Senado, caso todos os parlamentares do PL sigam a orientação partidária.

Acredito que a questão do fundo está resolvida. A construção que fizemos foi muito positiva

Celina Leão (PP), vice-governadora do DF

Sem prejuízos

O relator do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, Cláudio Cajado (PP-BA), parlamentar responsável por inserir o Fundo Constitucional do DF no projeto que institui o teto de gastos, alterando a forma de cálculo do fundo, segue defendendo que o FCDF seja reinserido no arcabouço. A minha posição com relação ao Fundo Constitucional do DF é que, para 2023, não há prejuízo (caso o FCDF seja inserido no teto de gastos), pelo contrário. Se mantiver a regra atual, vai arrecadar menos do que a regra que eu estou propondo, para este ano. O Fundo Constitucional vai ter perda com o sistema atual. Mas, essa decisão vai ser tomada em conjunto, se mantém o que o Senado fez ou se retorna o meu texto. Eu vou defender que retorne , declarou o parlamentar.

A regra atual, mencionada por Cajado, é a correção anual do fundo pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União. O arcabouço fiscal pretende corrigir o repasse a partir de 2025, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e ganho real da despesa primária do Poder Executivo, limitado a 2,5%.

O motivo dos deputados federais precisarem apreciar novamente o projeto de lei complementar (PLP) que institui o arcabouço fiscal é o fato da matéria ter passado por mudanças no Senado, entre elas, a retirada do Fundo Constitucional do DF do teto de gastos. A Câmara terá o poder de avaliar somente os dispositivos alterados no Senado Federal. Depois de votado na Câmara, o projeto vai para assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que poderá vetar trechos, ou não, da proposta.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça.

Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Articulação pelo FCDF até o último minuto

**Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/07/5106669-a-articulacao-pelo-fundo-constitucional-do-df-vai-ate-o-ultimo-minuto.html>**

# Em meio a divergências, governo e Lira ainda acreditam na votação da reforma tributária antes do recesso

**Por Valdo Cruz**

Apesar das divergências entre governadores e prefeitos, o governo Lula e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ainda acreditam em uma votação da reforma tributária antes do recesso.

A avaliação é que os pontos polêmicos estão sendo ajustados, como a centralização da arrecadação, o que pode permitir a votação da proposta a partir desta quinta-feira (6), evitando-se perder a melhor oportunidade nos últimos anos para aprovar a reforma tributária.

Nesta semana, governadores e prefeitos desceram em peso a Brasília para discutir pontos, classificados por eles como polêmicos, na reforma tributária.

A terça-feira (4) foi de reuniões no Congresso e em hotéis de Brasília. Governadores estavam divididos. Os do Norte e Nordeste, mais a favor. Os do Sul, Sudeste e Centro-Oeste pedindo mudanças, reclamando principalmente da centralização da arrecadação de recursos.

Além disso, prefeitos não querem que a sua arrecadação siga para um fundo, e que os governadores fiquem com a responsabilidade de repassar os recursos. Hoje, os estados já seguram recursos das prefeituras.

Os prefeitos querem que a sua parcela de receita seja repassada automaticamente para eles. Durante o dia, a avaliação era que a reforma corria o risco de não ser votada antes do recesso. À noite, o clima começou a mudar e Arthur Lira passou a confiar numa aprovação até sexta-feira (7).

Já a votação do projeto do Carf, prevista para terça, não saiu. No final da tarde, os líderes já admitiam que a análise seria transferida para esta quarta-feira (5) e pode até não sair, diante de resistências, por exemplo, da bancada ruralista, que decidiu votar contra por não concordar com o texto apresentado pelo relator Beto Pereira (PSDB-MS).

Eles querem que o governo ceda, e esse pode ser o caminho do Palácio do Planalto para tentar votar a medida. Se o impasse persistir, o governo terá de tirar o regime de urgência para votar o novo marco fiscal e até antecipar a discussão da reforma tributária em plenário.

Na terça, por sinal, o marco fiscal acabou virando a única unanimidade na Câmara dos Deputados, depois do impasse sobre as votações do projeto do Carf e da reforma tributária.

O governo conseguiu convencer deputados a manter o ponto classificado como mais polêmico incluído pelo Senado, o que muda a forma de cálculo da inflação e permite ao governo lançar despesas condicionadas entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2023.

Motivo: sem esses recursos, o dinheiro para emendas parlamentares seria cortado no início do ano que vem.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/07/05/em-meio-a-divergencias-lula-e-lira-ainda-acreditam-na-votacao-da-reforma-tributaria-antes-do-recesso.ghtml>

# Empresários e economistas assinam manifesto em defesa da reforma tributária

**Economia**

/  
por

**Agência Estado - Economia**

O projeto de **reforma tributária** ganhou apoio de peso nesta terça-feira (4). Mais de 60 economistas e empresários assinaram um manifesto, intitulado "Crescimento econômico e justiça social: um manifesto pela **reforma tributária**", para endossar a proposta que está sendo debatida na Câmara.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), trabalha para colocar o tema em votação ainda nesta semana, apesar da resistência de alguns governadores e de bancadas relevantes, como a do PL, que tem 99 deputados. Também existe um problema regimental: os parlamentares precisam analisar antes o projeto que retoma o chamado "voto de qualidade" do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que tranca a pauta em plenário.

Entre os signatários do texto, estão economistas como Affonso Celso Pastore, Andrea Calabi, Arminio Fraga, Edmar Bacha, Mailson da Nóbrega e Samuel Pessoa; secretários e ex-secretários de Fazenda como Carlos Eduardo Xavier, Cristiane Alkmin Junqueira e Helcio Tokeshi; e empresários como Jorge Gerdaud (presidente do conselho superior do Movimento Brasil Competitivo) e Pedro Passos (cofundador da Natura).

Eles afirmam que é "consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente". "Essa mudança tem sido discutida há 35 anos, e a proposta atual foi ampla e democraticamente debatida nos últimos 4 anos", diz o texto.

"Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas - com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos Estados e municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país."

Como antecipou o Estadão, o relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), voltou a afirmar ontem que negocia o que poderia ser um meio-termo

para a proposta de um Conselho Federativo - que faria a gestão do imposto que unificará ICMS (estadual) e ISS (dos municípios).

Partiu do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), proposta para criar uma câmara de compensação entre os entes federativos. Ele reclama que a centralização prevista no projeto de Ribeiro tiraria a autonomia dos estados.

Secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy alertou que a proposta do governador paulista traz risco de "calote federativo" entre os Estados e também é pior para as empresas, principalmente aquelas que atuam em vários Estados do país.

Ele disse ainda ter "certeza" de que a sonegação vai cair com a mudança no sistema de **impostos**. As estimativas feitas pelo Ministério da Fazenda indicam que o chamado "gap de conformidade" poderá cair dos atuais 22% para 14%. Esse indicador significa que, a cada R\$ 100 que deveriam ser recolhidos em **impostos**, R\$ 22 deixam de entrar nos cofres públicos.

Após a mobilização promovida por São Paulo, secretários de Fazenda favoráveis à proposta que está na mesa também intensificaram ontem as reuniões com parlamentares, inclusive com o relator. Os principais pontos a serem definidos são o tamanho e os critérios de repartição para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e as atribuições e governança do Conselho Federativo.

"O Acre era contra a criação do Conselho Federativo, pela questão da autonomia, mas, se é para tirar autonomia do próprio Estado e deixar com São Paulo, é melhor o conselho", disse o secretário de Fazenda do Acre, Amarísio Freitas.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/empresarios-e-economistas-assinam-manifesto-em-defesa-da-reforma-tributaria-05072023>



# Governo está trabalhando para votar mudanças no Carf ainda nesta quarta-feira, diz Padilha

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta quarta-feira que o governo federal está trabalhando para que o projeto de lei que prevê mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), restabelecendo o voto de desempate do governo, seja votado na Câmara dos Deputados ainda nesta quarta.

Em entrevista à TV Fórum no Youtube, Padilha também reiterou o foco do governo em votar o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** na Câmara nesta semana, e disse que o debate sobre alterações no sistema tributário separa aqueles que desejam simplificar a vida dos investidores daqueles que se opõem.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Governo está trabalhando para votar mudanças no **Carf** ainda nesta quarta-feira, diz Padilha

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-esta-trabalhando-para-votar-mudancas-no-carf-ainda-nesta-quarta-feira-diz-padilha,369f401cf3fdabc24c166237ac2091b1w15wmqf3.html>

# Negociações sobre reforma tributária seguem na Câmara e Lira reitera intenção de votar até 6<sup>a</sup>

As negociações entre parlamentares, governadores, prefeitos e empresários sobre a proposta de **reforma tributária** continuaram na noite de terça-feira na Câmara dos Deputados e devem se estender ao longo desta quarta, com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mostrando confiança de que chegará a um consenso para votar a matéria até a sexta-feira, como planejado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, continua ouvindo todos os setores da sociedade -- governadores, prefeitos e empresários -- em busca de um consenso para votar a **reforma tributária** até sexta-feira. Junto com os líderes partidários, o presidente Lira está convencido que conseguirá o consenso para colocar a proposta de **reforma tributária** para ser votada até sexta, afirmou a presidência da Câmara em nota.

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que está na linha de frente das negociações, disse, segundo a Agência Câmara Notícias, que tem mantido diálogo constante com governadores e que buscará em seu texto atender as demandas dos Estados no que for possível.

Entre os principais pontos de negociação estão a centralização da arrecadação em um Conselho Federativo, o Fundo de Desenvolvimento Regional e as regras de transição previstas na reforma.

Partes do texto de Aguinaldo têm enfrentado resistências de alguns governadores e prefeitos, que temem perda de arrecadação dos entes federados. A **reforma tributária** é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** visa, entre outras alterações, unificar os **impostos** sobre consumo com a criação de um imposto sobre valor agregado dual, com um tributo que concentra os **tributos** federais e outro que substitui o ISS (municipal) e o ICMS (estadual). O texto precisará do apoio de ao menos 308 dos 513 deputados em dois turnos de votação para ser aprovado.

Antes de votar a **reforma tributária**, a Câmara precisa analisar o projeto de lei que restabelece o voto de desempate do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, última instância de recursos administrativos contra punições impostas pela **Receita Federal**, que também é prioridade para o Executivo, ao ponto de o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmar na terça-feira que sem a mudança no **Carf** não há novo marco fiscal.

A matéria tramita em regime de urgência e tranca a pauta da Câmara.

A votação da proposta do **Carf** tem enfrentado dificuldades, depois de a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se posicionar publicamente contra a medida, e em meio a críticas reservadas contra a articulação política do Palácio do Planalto e a ausência do pagamento pelo Executivo de emendas parlamentares, fator que também tem pesado nas negociações sobre a **reforma tributária**.

Além da proposta do **Carf** e da **reforma tributária**, governo e Lira ainda pretendem votar nesta semana a nova regra fiscal, que voltou à Câmara após sofrer mudanças no Senado.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Negociações sobre **reforma tributária** seguem na Câmara e Lira reitera intenção de votar até 6<sup>a</sup>

## Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/negociacoes-sobre-reforma-tributaria-seguem-na-camara-e-lira-reitera-intencao-de-votar-ate-6,6074723f576736d8f77428dba96ba60exqdfmyw9.html>

# Líder do Republicanos quer debate aprofundado sobre a reforma tributária

## **Brasília**

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), defendeu nesta terça, 4, um debate mais aprofundado em torno da **reforma tributária** antes de apreciar a matéria em plenário, já que, segundo ele, ainda há grandes dúvidas sobre o impacto das mudanças nos Estados e municípios. Ele ressaltou, no entanto, que acatará a decisão da maioria do bloco. A sigla compõe o segundo maior bloco partidário da Casa, formado também por MDB, PSD e Podemos.

Entendemos que ainda precisamos de debate aprofundado. Como membro do bloco e grupo, vamos acatar decisão da maioria, disse o líder durante reunião aberta do bloco partidário para debater o projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, com o relator da matéria, Beto Pereira (PSDB-MS), e a **reforma tributária**, com o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ainda há grande dúvida entre governadores, prefeitos, capitais e cidades maiores. Penso que se possa debater um pouco mais, principalmente essas dificuldades que estão sendo colocadas pelos governos, continuou Pereira. Ele ponderou, no entanto, que, se o relator conseguir adequar os pontos controversos, o tema poderá ser apreciado, visto sua relevância para economia do País.

Outros parlamentares do Republicanos também têm defendido um pouco mais de tempo para analisar o texto antes de votar a matéria. Filiado ao partido, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tem sido um dos principais críticos a pontos incluídos no relatório apresentado pelo relator.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/07/05/lider-do-republicanos-quer-debate-aprofundado-sobre-a-reforma-tributaria.htm>**

# O médico e o monstro do sistema tributário

**Por Eduardo Salusse - São Paulo**

No clássico romance de Robert Louis Stevenson, chamado "O médico e o monstro", um respeitado médico chamado Henry Jekyll e outro personagem chamado Edward Hyde confundem-se na mesma pessoa com dupla personalidade.

Jekyll utiliza uma poção transformadora que faz surgir Hyde, uma pessoa desprezível e sem escrúpulos, cujos ímpetos são crescentes e incontroláveis. Hyde vai dominando Jekyll, tornando-se cada vez mais poderoso e violento, até que assassina um importante membro da sociedade londrina. Jekyll teme não ter mais controle sobre Hyde e dele resolve se livrar praticando o suicídio.

A trama explora a dualidade humana, a natureza do mal e a capacidade que todos têm de serem tanto virtuosos quanto monstruosos.

O cidadão e o Estado atuam como Jekyll e Hyde, respectivamente. O Estado é cria do cidadão e, por vezes, confundem-se. A bem da verdade, Jekyll é o cidadão e Hyde é o Estado, que é por ele criado e controlado. O Estado Hyde, assim como na obra, cresce e torna-se cada vez mais poderoso e dominante, subjugando o cidadão Jekyll que, por sua vez, não consegue mais dominá-lo.

A poção transformadora que Jekyll entrega a Hyde na obra equivalem às leis que o cidadão entrega ao Estado, fazendo-o poderoso e, por vezes, desprezível e sem escrúpulos.

Hyde quer controlar totalmente Jekyll, assim como o Estado quer controlar totalmente o cidadão, impondo-lhe exações absolutamente crescentes para fazer frente aos seus insaciáveis desejos de gastar e dominar. Não percebe que o fim de um é o fim também do outro.

O Estado Hyde já é um ser todo poderoso, já denunciado por Valdés Costa ao apontar que o Estado é o criador da obrigação fiscal, dela credor e juiz dos conflitos que sobre ela possam pairar. Vou além, inserindo o poder de interpretar e de gastar como bem entender.

O Estado é o criador do contencioso, responsável por 60% das demandas em andamento no país. É o criador de leis mal feitas. É especialista em interpretar erroneamente, editando atos que extrapolam os limites

regulamentares da lei. É gastador sem limites. Atua sem observância da legalidade e da moralidade.

É este o cenário que vivemos e que tem dominado as páginas de jornais nos últimos tempos.

Apenas para citar um exemplo, temos a tentativa do Poder Executivo de fazer voltar o voto de qualidade no **Carf**. Até aqui, tudo certo. É legítimo papel que Jekyll concedeu a Hyde. Mas Hyde quer dominar Jekyll, adotando manobras para retirar os processos relevantes das pautas de julgamento do órgão. Isso não é permitido, especialmente sob a roupagem de atos infralegais que pretendem dar-lhe aparência diversa.

Há flagrante recusa de agentes públicos de submeter ao **Carf** julgamentos de casos importantes sobre as regras vigentes, especialmente a regra que favorece o contribuinte em caso de empate. Isso não lhes é lícito, repito. É manobra vedada ao agente público, que deve aplicar a lei vigente neste momento, seja qual for o seu resultado.

As manobras adiam pautas na esperança de que o projeto de lei faz voltar o voto de qualidade no **Carf** seja aprovado, para que sob suas regras sejam os casos em andamento sejam submetidos a julgamento no órgão. Quem faz planejamento tributário e estratégico é o contribuinte. É um direito individual buscar, dentro do arcabouço legal, alternativas que lhe sejam menos onerosas.

Afinal de contas, o cidadão individual é Jekyll, criador do Estado Hyde. O Estado Hyde não tem autoridade para burlar a norma, protelando providências com mecanismos que lhe são vedados pelo sistema normativo vigente, em especial aqueles iluminados no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Nem tudo que Jekyll pode, Hyde também pode. É Jekyll que deve dominar Hyde e não o contrário.

Há outros inúmeros cenários em que a comparação poderia ser feita. A imposição de medidas provisórias em excesso, aumento de carga tributária, autorização para aumento de gastos fundamentais sem debater a redução de gastos desnecessários, dentre outros, são elementos que indicam que Hyde está poderoso além da conta e pode destruir Jekyll.

Então diríamos que a solução não pode ser a mesma da obra de Stevenson, na qual o cidadão Jekyll acabaria com a própria vida para conter o Estado Hyde, vez que nada mais existiria.

A solução poderia ser reclamar e protestar, direito que Jekyll reservou para si. Mas Jekyll, acovardado e já subjugado, tem receio das represálias de Hyde, preferindo esconder-se em algum canto ou aceitar a dominação em uma mistura de ato de lealdade e temor, aceitando o sofrimento de forma impotente.

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2023/07/o-medico-e-o-monstro-do-sistema-tributario.ghtml>

# Manifesto reúne antagônicos em apoio à reforma

Empresários, economistas, advogados, professores e intelectuais de diferentes matizes ideológicas assinaram um manifesto divulgado nessa terça-feira (4) em apoio à **reforma tributária**, que está em fase de negociação na Câmara dos Deputados.

Em meio a impasses sobre o texto da proposta e a votação, prevista para acontecer ainda nesta semana, o texto divulgado com mais de 60 assinaturas, intitulado "Crescimento econômico e justiça social: um manifesto pela **reforma tributária**", defende a "reforma abrangente da tributação", que segundo os signatários está alinhada às "melhores práticas internacionais".

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deseja levar a proposta de emenda constitucional (PEC) ao plenário, para votação, até sexta-feira. Há resistência a pontos da reforma por parte de alguns governadores, entre prefeitos de grandes cidades e de bancadas da oposição na Câmara, caso do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que fechou posição contra a aprovação da proposta.

"Reconhecemos que não existe **reforma tributária** ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", diz trecho do texto.

Há na lista de apoiadores do manifesto nomes como ex-ministros de outros governos do PT, caso de Guido Mantega (Fazenda) e Nelson Machado (**Previdência Social** e Planejamento), ex-integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso, como José Roberto Mendonça de Barros (exsecretário do Ministério da Fazenda) e Arminio Fraga (Banco Central), políticos de direita como João Amoêdo, fundador do Novo, além de industriais e empresários como Jorge Gerdau, Pedro Passos (Natura) e Fersen Lambranco (GP Investments).

Constam ainda na lista economistas como Samuel Pessôa, Mailson da Nóbrega, Edmar Bacha e Affonso Celso Pastore.

Os signatários lembram que um modelo de **reforma tributária** está em discussão no país desde 1988, quando foi promulgada a atual Constituição, e

mencionam que a atual proposta, relatada pelo deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi "ampla e democraticamente" debatida nos últimos quatro anos.

Eles minimizaram as críticas à reforma, ressaltando que mudanças "geram resistências e temor" por parte de agentes econômicos e de entes da federação.

Defendida pelo governo Lula (PT), que a colocou como uma das prioridades da pauta econômica neste ano ao lado do arcabouço fiscal, a atual PEC, protocolada no Congresso em 2019, estava entre as prioridades da gestão de Bolsonaro, agora contrário à medida, e foi defendida pela equipe do antigo ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas - com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos Estados e municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país", finaliza o manifesto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1>

# Lula troca comando do INSS e nomeia Alessandro Stefanutto para presidência do órgão

*Por Wesley Bischoff, g1 - São Paulo*

O presidente Lula (PT) decidiu trocar o comando do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** e nomeou o procurador federal Alessandro Antônio Stefanutto para a presidência do órgão, no lugar de Glauco André Wamburg. A mudança foi publicada no Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (5).

Stefanutto é ex-chefe da Procuradoria Federal Especializada do **INSS** e estava na equipe de transição do governo para assuntos de **Previdência Social**. Em março, ele foi nomeado Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do **INSS**.

Já Glauco Wamburg foi exonerado. Ele estava na presidência do **INSS** de forma interina desde fevereiro.

Stefanutto assume a presidência do órgão com o desafio de reduzir a fila de 1 milhão de brasileiros que aguardam perícias médicas do **INSS**.

O governo anunciou que vai abrir um concurso para a contratação de 1,7 mil peritos, além de adotar a teleperícia para agilizar os atendimentos.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/05/lula-troca-comando-do-inss-e-nomeia-alessandro-stefanutto-para-presidencia-do-orgao.ghtml>

# Inimigos da reforma dos impostos - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

A votação da **reforma tributária** encencou nos últimos dias porque ao menos dez governadores querem mudar a maneira pela qual será distribuída a receita do novo imposto estadual unificado sobre o consumo de quaisquer bens e serviços. Isto é, o IBS, Imposto sobre Bens e Serviços, que vai substituir ICMS e ISS.

Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) lideram a pressão. A dúvida é saber se o problema é mesmo esse, o método de repartição, ou se querem adiar ou derrubar a reforma. Caiado, aliás, não quer mudança estadual alguma.

Lobbies empresariais marcam parlamentares corpo a corpo e agradecem a oportunidade de ter mais tempo para cavar um favor ou até derrubar a reforma, como também o querem associações de prefeitos.

Nas audiências públicas sobre o assunto, no Congresso, montes de representantes empresariais disseram que eram "a favor da reforma", desde que o caso deles fosse tratado de modo especial. Parecia piada.

Sim, setores que pagam menos vão pagar mais. Esse é um objetivo da reforma. De resto, dada a mixórdia que é o sistema tributário, é rara a empresa que sabe com precisão quanto está pagando (pois paga imposto embutido em insumos que consome, sem saber bem quanto e não tem crédito, compensação).

Por ora, está em jogo a aprovação dos princípios essenciais da reforma: um só modelo nacional de imposto sobre consumo, sobre valor agregado, não cumulativo, com alíquotas uniformes ou quase, com poucas exceções, fim de benefícios locais para setores econômicos (fim da guerra fiscal).

Ainda haverá definição grande e importante na lei complementar de 2024 que regula mentirá a mudança, a começar pelo tamanho das alíquotas. Daí também o motivo de receios.

A arrecadação e a distribuição do IBS ficarão a cargo de um Conselho Federativo, constituído por estados, grande novidade na Constituição e na Federação brasileira. A **reforma tributária** define regras que vão

pautar os procedimentos do Conselho, de repartição de receita entre estados e municípios, e de transição para o sistema novo, que vai levar décadas.

São Paulo quer que cada estado continue a cuidar da arrecadação e, dadas as novas regras, repassem o que devem a outras unidades da Federação. Isso complica o sistema, dificulta a compensação (créditos) de **impostos** para empresas e, no limite, pode resultarem calotes.

Mas certos estados temem levar um golpe também -ao menos é o que dizem dois secretários de Fazenda. Por quê? O Conselho vai regular assuntos infra legais, tomar decisões coletivas sobre querelas e poderá propor leis para tratar de tributação. Esses estados acham que podem ser criadas regras que os prejudiquem e que "tirem sua autonomia" Mais não explicam.

Um objetivo central da **reforma tributária** é mesmo tirar a autonomia de estados e prefeituras de concederem favores a empresas, de financiar negócios via **impostos** e de criar regras confusas. Tudo isso cria ineficiências econômicas.

Uma decisão de investimento produtivo não é fundamentada no princípio do maior retorno se leva em conta o tamanho da isenção especial de imposto que vai ganhar ou se é baseada em tentativas de driblar as loucuras da lei afim de pagar menos **tributos**.

O quanto possível, os **impostos** devem ser uniformes, não importa o setor, e não podem prejudicar o cálculo da decisão produtiva mais rentável, em termos econômicos.

A reforma é fundamental para o país. Um espanto, tem o apoio de tributaristas, empresários, economistas e ex-altos funcionários públicos, da esquerda à direita, a elite civilizada, que assinaram carta em defesa da mudança, uma conjunção rara de se ver Quem não assina? Quem quer manter o seu caso especial e bolsonaristas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>



# Reforma tributária sueca (Artigo)

**Marcelo Junqueira, Engenheiro agrônomo, mestre em Administração de Empresas, é vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)**

Entre 1970 e 1980 a Suécia embarcou em uma política de estatização da economia e aumento dos benefícios do Estado, levando o Imposto de Renda a 42,7% da renda doméstica.

Como resultado dessa "socialização", de 1970 até 1991, a Suécia ficou aquém dos seus pares na Europa. Da quarta posição dentre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passou para a 16.<sup>a</sup> posição em 1995. O Estado cresceu, o número de **servidores públicos** saltou 70%, enquanto o da iniciativa privada caiu 13%.

Após um longo período de não crescimento econômico, a população protestou e um movimento contrário levou a uma grande **reforma tributária** em 1990/1991, reduzindo o Imposto de Renda corporativo de 57% para 30%, sendo o imposto sobre dividendos zerado e o imposto de ganhos sobre capital trazido a 12,5%.

Já em 2004, o imposto sobre patrimônio também foi abolido. Em 2013, o Imposto de Renda corporativo caiu ainda mais e foi para 22%, e o tributo sobre propriedade (nosso IPTU) foi reduzido.

Esse período de reforma, entre 1991 e 2014, levou o Produto Interno Bruto (**PIB**) da Suécia a superar a Alemanha, a França e a Itália, chegando em 2016 a atingir o 12.<sup>o</sup> lugar em **PIB** per capita entre os países da OCDE.

O crescimento econômico de um país não se limita à orientação entre capitalismo ou socialismo, mas a retração econômica da Suécia ocorreu, de fato, no período em que o país introduziu medidas socialistas.

Quando a Suécia lançou mão da redução do grau de intervenção, houve recuperação da economia e atração de investimentos.

Esses dados foram tirados do livro *The Power of Capitalism: A Journey Through Recent History Across Five Continents*, de Rainer Zitelmann, e faço referência ao capítulo sobre o "mito do socialismo sueco" porque o Brasil está discutindo a sua **reforma tributária**.

Temos visto muita ênfase dos nossos políticos na centralização e gestão dos **tributos** em nível federal, o que levará a uma rota de aumento da carga tributária e politização da gestão dos recursos.

Oportuno seria simplificar e reduzir os **tributos** com ênfase em redução dos gastos públicos e maior autonomia dos empregadores. A exemplo da Suécia, nós podemos sim embarcar em uma era socialista para depois reverter daqui a 30 anos. Entretanto, o inteligente é aquele que aprende com os erros dos outros.

Marcelo Junqueira, Engenheiro agrônomo, mestre em Administração de Empresas, é vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governadores resistem e dificultam a votação

**Rafaela Gonçalves**

A insatisfação de governadores com o texto da **reforma tributária** é o principal entrave para a votação da proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados.

Nove chefes de poderes executivos estaduais estão em Brasília para articular mudanças e tentar adiar a apreciação da PEC, prevista para acontecer até sexta-feira. Entre as negociações, estão a definição de regras para o Conselho Federativo, a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e um novo prazo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Único dos 27 governadores a se colocar terminantemente contra a proposta, Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) esteve ontem na Câmara para tentar convencer deputados federais a rejeitarem a PEC. Ele acredita que as unidades da Federação estão prestes a perder autonomia com a junção de **impostos** no novo regime tributário.

Defendeu, ainda, a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

"Não estou preocupado com o meu mandato, estou preocupado com estados e prefeitos que vão perder, sim, capacidade de legislar sobre a suas próprias vidas.

Essa é a verdade e peço a vocês que reflitam. Vocês, amanhã, serão governadores dos seus estados.

Não façam isso", exortou.

Segundo Caiado, a simplificação dos **impostos** por um **Impostos** sobre Valor Agregado (IVA) não é a solução e criticou a parcela de contribuição da União no tributo. O governador também disse não concordar com a justificativa de que o sistema tributário atual pune os mais pobres, criticando a alternativa proposta na reforma. "Falar em cashback como sendo modernidade é o que existe de mais retrógrado e ultrapassado do mundo. Cesta básica deveria ser simplesmente tarifa zero. Não caminhem para um processo que vai levar o pacto federativo a ser totalmente inviabilizado", afirmou.

Em reunião de parlamentares do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) - da qual participou o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes -, governadores apresentaram ao relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), três contrapropostas para o texto. Nenhuma sinalização foi feita pelo deputado, que deve hoje ter mais um dia intenso de agendas com representantes estaduais.

Estiveram presentes os governadores Cláudio Castro (PL -RJ); Eduardo Leite (PSDB-RS); Eduardo Riedel (PSDB-MS); Jorginho Mello (PL-SC); Ratinho Júnior (PSD-pr); Renato Casagrande (PSB-ES); Romeu Zema (Novo- MG); e Tarcísio Freitas (Republicanos-SP).

Peso paulista

Nos bastidores, a avaliação é de que Tarcísio tenta usar a força de São Paulo para ganhar protagonismo nas negociações da reforma.

Ele foi recebido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no início da noite. "Há concordância quanto a proposta, o que falta é ajuste. O que queremos é governança no Conselho Federativo e maior controle dos estados. Entre os mecanismos de votação se cogita o mínimo de 50% de quórum nas regiões para evitar que maioria se forme em detrimento de outras regiões", afirmou.

Segundo o governador Eduardo Leite, os estados estão dispostos a negociar concessões. "Às vezes tem que definir um prazo para poder forçar, como está acontecendo aqui. Talvez se não consiga votar nesta semana, mas o importante é que todos estão se esforçando para estar aqui dando atenção para algo que é transformador para o Brasil", afirmou.

"Falar em cashback como modernidade é o que existe de mais retrógrado. Cesta básica deveria ser tarifa zero.

Não caminhem para um processo que vai levar o pacto federativo a ser inviabilizado" Ronaldo Caiado, governador de Goiás

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Governadores dificultam a votação da reforma tributária; saiba o motivo

**Site:**

***<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/05/all.pdf>***

# Cresce pressão de prefeitos e governadores por mudanças

**Igor Passarini**

As articulações pela **reforma tributária**, principalmente, para que sejam feitas mudanças na proposta que está para ser votada na Câmara dos Deputados, continuam intensas, agora com forte resistência e pressão de prefeitos e governadores, que temem perda de arrecadação. Cerca de 500 prefeitos de Minas Gerais e do Brasil participaram ontem, em Brasília, do Encontro Municipalista, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para debater os impactos da **reforma tributária**. O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), e representantes da Associação Mineira de Municípios (AMM) também estiveram presentes. A reforma prevê a substituição do 1PI, PIS, Cofins, ICMS e ISS por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), administrado pelo governo federal, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios.

"Nós gostaríamos que tivesse uma **reforma tributária** sim, mas justa, correta, que fosse clara e transparente e explicasse o que vai acontecer direito, sem tirar a autonomia dos municípios. Porque afinal de contas, o município vive do imposto que arrecada. Não vamos ficar pedindo esmola para o governo federal", afirmou Fuad. O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Coronel Fabriciano, Marcos Vinícius Bizarro (sem partido), disse que há um anseio pela aprovação da **reforma tributária**, mas sem deixar de analisar as mudanças nas compras, serviços e alíquotas.

"Ninguém aguenta mais esse sistema que a gente tem hoje no Brasil, então, a gente vê com bons olhos. O que nós estamos aprovando aqui é o texto base, é o esqueleto, mas, é importante que os municípios fiquem muito atentos depois da aprovação do texto básico, com a aprovação das leis complementares que vão vir adiante", afirmou Bizarro.

O encontro de ontem foi marcado por um debate com o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O parlamentar fez um histórico da discussão sobre a **reforma tributária** e disse que há um compromisso em atender as premissas do movimento municipalista. "Colocamos o texto à disposição e as críticas que recebemos foram feitas. A crítica é importante para construir um texto

melhor. Temos hoje o pior sistema tributário do mundo e essa reforma é o início de uma grande modificação que precisa ser feita. Temos aqui uma primeira oportunidade que o Brasil não pode perder. Precisamos fazer a reforma, pois as relações de consumo estão mudando e a gente tem que adaptar nosso sistema com a nossa realidade", ponderou Ribeiro.

O apoio pela aprovação foi corroborado pelo presidente da CNM. Paulo Ziulkoski, que mediu o encontro com o deputado federal, realizado na sede da entidade. Ele também ressaltou o acordo firmado por milhares de gestores na Marcha à Brasília, em março. "Fizemos várias emendas e foram acolhidas, mas nem por isso dizemos que ela está completa. Mas estamos aqui para buscar uma alternativa para que fique o melhor possível para os Municípios. A exemplo da mudança da origem para o destino, essa é uma demanda acatada e que vai mudar muito para nós", declarou Ziulkoski.

ZEMA O governador Romeu Zema participou em Brasília de uma reunião com outros chefes de Executivo e parlamentares para discutir o texto da **reforma tributária**. Segundo ele, a reforma que está para ser votada é "fundamental" para o país, mas é preciso ter "cuidado com o texto proposto" e que proporá mudanças. A proposta pode trazer "economia mais dinâmica", afirmou, no entanto, ele acredita que o texto atual fere o "pacto federativo".

"O Brasil é um país que tem crescido menos do que o mundo, e a **reforma tributária** é fundamental para o Brasil ter uma economia mais dinâmica. O que nós não podemos é ferir o pacto federativo, e essa reforma está ferindo. Alguns municípios vão perder arrecadação, vão perder autonomia e estados idem. Eu não quero amanhã, como governador de Minas, ter de ir a Brasília pleitear recursos que hoje caem no meu caixa naturalmente", declarou também o governador de Minas.

"Nós gostaríamos que tivesse uma **reforma tributária** sim, mas justa, correta, que fosse clara e transparente e explicasse o que vai acontecer direito, sem tirar a autonomia dos municípios. Porque, afinal de contas, o município vive do imposto que arrecada. Não vamos ficar pedindo esmola para o governo federal"

Fuad Noman, prefeito de Belo Horizonte

Relator refuta polarização

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse ontem que não entrará na polarização entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a tramitação da proposta. Ele deu a declaração durante evento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em Brasília. Segundo ele, a reforma "não é de partido político", e sim "do Brasil". Ele se referiu à entrevista de Bolsonaro na qual afirmou que o voto da bancada do seu partido, o PL, será pela "rejeição total" da proposta.

"Essa não é uma reforma de direita nem de esquerda nem de centro. É uma reforma do Brasil. Essa é uma reforma que não vou entrar em briga de Bolsonaro com Lula, nem com ninguém. A gente está pensando nos municípios, nos estados e na economia do nosso país", ressaltou Ribeiro. Ele afirmou ainda que ainda não existe consenso sobre todos os pleitos levantados pelos prefeitos.

Entre os principais pontos da reforma está a criação de imposto único sobre consumo. A proposta cria o Imposto de Valor Agregado (IVA) dual, com duas frentes para substituir cinco **tributos**. Aguinaldo Ribeiro afirmou que, apesar das sugestões de prefeitos e governadores, "não vai abrir mão de preservar os princípios do IVA". "Essa construção é feita ouvindo municípios, estados. Tudo o que posso dizer é que a gente tem que, primeiro, preservar os princípios do IVA. Não vamos abrir mão de preservação. [Faremos] todas as contribuições que forem possíveis de se atender desde que se respeite os princípios do IVA", frisou.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/07/2023/p1>

# Opositor Bolsonaro (Editorial)

Derrotado por margem mínima na disputa pelo Planalto, Jair Bolsonaro (PL) seria candidato natural a líder da oposição, não estivesse mais ocupado com as questões que acabaram por torná-lo inelegível. Ao voltar agora ao debate público, o ex-presidente não exhibe mais que mistificação demagógica.

Bolsonaro decidiu atacar a "**reforma tributária** do PT", que chamou de "soco no estômago dos mais pobres" - porque, segundo sua diatribe, "aumenta de forma absurda os **impostos** da cesta básica" e prevê um imposto seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde, hoje já sobretaxados.

Essa não é a linha de argumentação de alguém que pretenda debater a sério o projeto que a Câmara dos Deputados busca votar nesta semana. Trata-se tão somente de um pretexto para fustigar o governo - infelizmente, valendo-se de um tema de interesse nacional.

A reforma não é do PT. O texto em análise tem como base proposta de emenda constitucional apresentada em 2019 pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que recebeu contribuições de diferentes especialistas e forças políticas.

Mais importante, as linhas gerais do projeto, que busca a simplificação dos **tributos** sobre o consumo, estão em discussão pública desde os anos 1990. Todos os governos eleitos desde então ao menos tentaram fazer a mudança avançar, inclusive o de Bolsonaro.

A tributação dos alimentos da cesta básica é de fato um aspecto controverso da reforma, que procura acabar com a infinidade de alíquotas e regimes especiais hoje existentes. A solução proposta é devolver em dinheiro o imposto pago pelas famílias mais pobres.

Pode-se talvez questionar a viabilidade da medida, contestada por supermercados, ou imaginar alternativas. Fato é que um único dispositivo não constitui motivo para se opor à reforma inteira.

Bolsonaro faz ainda alegações vagas sobre supostas perdas para estados e municípios, além de recorrer à costeira prática da lorota deslavada ao mencionar "o fantasma da taxa do Pix".

O ex-mandatário revive a conduta dos tempos de parlamentar na-nico e exótico - menos danosa, diria um

otimista, que a de líder golpista. O problema é que está à frente do partido com maior número de cadeiras na Câmara, ainda que nem todos os 99 deputados do PL venham a seguir seu comando.

Lamentavelmente, suas chances de atrapalhar ou parecer que atrapalha a reforma não são pequenas, tantas são as resistências à mudança dos **impostos**. O debate, já complexo, agora fica mais tumultuado.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328>

# Proposta reduz preço da cesta básica em 1,7%, afirma consultor do Banco Mundial

**Eduardo Cucolo e Idiana Tomazelli**

A proposta de **reforma tributária** prevê uma alíquota reduzida em 50% para alimentos e outros itens da cesta básica, o que pode contribuir para reduzir em 1,7% os gastos dos consumidores com esses produtos.

O cálculo é do advogado, economista e consultor do Banco Mundial Eduardo Fleury. Ele produziu um estudo semelhante para a instituição multilateral há alguns anos. Agora, atualizou os cálculos com base na nova proposta e utilizou a mesma metodologia.

Ele considera como base uma possível alíquota geral de 25% para os novos **tributos** sobre o consumo, a CBS federal mais o IBS de estados e municípios. Com isso, a tributação dos alimentos seria de 12,5%.

O preço das proteínas, como carne bovina, teria queda de 3%. Também haveria recuo para laticínios (-0,9%) e, principalmente, produtos de higiene (-17,2%). Os preços de farinhas e massas e produtos como café, açúcar e óleo de soja ficariam praticamente inalterados.

Por outro lado, haveria aumento de 7,9% no preço final de ovos, leite UHT, arroz e feijão. São justamente os quatro produtos da cesta que hoje têm a menor carga tributária (3,83%). A reforma prevê a devolução de parte dos novos **tributos** (cashback) para compensar a oneração de alguns bens e serviços para alguns consumidores.

O novo cálculo apresentado pelo especialista mostra que, mesmo um produto com carga superior a 12,25% no sistema atual, como é o caso dos 14,4% sobre carnes bovina, suína e de aves, pode ter redução de imposto com o novo método de cobrança, que prevê a geração de créditos de **tributos** pagos na aquisição de insumos.

"A fim de determinar o impacto da alíquota reduzida sobre os preços dos produtos da cesta básica, utilizamos a mesma metodologia aplicada na pesquisa realizada pelo Banco Mundial que resultou no documento "Indirect Tax Incidence in Brazil Assessing the Distributional Effects of Potential Tax Reforms". O estudo original foi realizado por Fleury em conjunto com os pesquisadores Gabriel Lara Ibarra e Rafael

Macedo Rubião.

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) apresentou no sábado (1º) ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um estudo em que afirma que a atual proposta de **reforma tributária** pode aumentar os **tributos** da cesta básica em 60%, em média, no Brasil.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que também participou do encontro, rebateu o cálculo e afirmou que o número apresentado pela Abras "mais desinforma que informa", pois não considera os efeitos de redução de custos e recuperação de crédito que os supermercados podem ter com a reforma.

Em relação ao dado da Abras, Fleury aponta uma série de erros que tornam o levantamento ineficaz para avaliar a carga do setor. Segundo ele, o cálculo desconsidera totalmente a existência de IPI e ISS. Os supermercados não pagam esses **impostos**, mas seus fornecedores são onerados com esses **tributos**. Também não leva em conta que supermercados não tomam crédito de PIS/Cofins sobre ativo imobilizado.

Ele afirma ainda que o cálculo desconsidera, por exemplo, todos os **impostos** cobrados sobre energia elétrica, comunicações, softwares e marketing, que correspondem a quase 10% do total da receita dessas companhias, segundo o IBGE. Hoje os contribuintes não podem se creditar desses **tributos**, mas poderão com a reforma. Há ainda outros erros, inclusive de pesquisa de alíquota aplicável, segundo o especialista.

"Captaram apenas uma parte dos **impostos** que estão sendo cobrados na venda para o consumidor final", afirma.

"Só fizeram essa análise em relação à venda do produto principal deles, sem levar em consideração esses custos. Não considera que os fornecedores dos alimentos não tomaram crédito de vários **impostos** que eles pagaram."

Segundo ele, considerando o perfil de gastos dos mais pobres, é possível dizer que essa parcela da população vai pagar menos imposto com a reforma, pois terá uma alíquota praticamente neutra para a cesta básica e queda de preços nos demais produtos.

O governo federal pretende mandar o estudo para parlamentares, na tentativa de desfazer a confusão em tomo da cesta básica.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>**



# Saiba como funcionam impostos da reforma

**Eduardo Cucolo**

A **reforma tributária** propõe que o Brasil adote novos **tributos** sobre o consumo que sigam o modelo IVA (Imposto sobre Valor Adicionado), utilizado atualmente em mais de 170 países, na linha dos melhores exemplos internacionais.

Nesse sistema, cada empresa recolhe efetivamente apenas o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço. Todo o tributo pago na aquisição de insumos ao vendedor, incluindo gastos com energia, telefonia, marketing e transporte, vira crédito.

No exemplo no quadro ao lado, cada uma das três empresas -produtor rural, indústria e comércio- fatura R\$ 100 com a operação e recolhe efetivamente R\$ 10, para uma alíquota hipotética de 10%.

Ao final, o produto é vendido por R\$ 300 mais R\$ 30 de **impostos** recolhidos para o fisco. Em um sistema cumulativo (sem crédito), a carga superaria R\$ 60, também suportada pelo consumidor. \*

Como é a devolução do crédito

O crédito pode ser devolvido posteriormente ou em tempo real -como no exemplo acima-, a depender do sistema

tributário. A reforma prevê um prazo máximo de 60 dias para devolução posterior, mas também deixa aberta a possibilidade de fazer a compensação em tempo real, o chamado "split payment", serviço que divide recebíveis de maneira automática entre os envolvidos em uma transação.

Como funcionam as exportações

No caso de uma exportação, não há tributação na etapa final (venda ao exterior), e a empresa tem direito ao crédito de tudo o que foi recolhido ao longo da cadeia.

IVA para o Simples Nacional

No Brasil, a adesão ao IVA será opcional para empresas do Simples Nacional. Elas podem escolher recolher os novos **tributos** separadamente, aproveitando o crédito dos insumos, ou manter o sistema atual para todos os **tributos**. Nos dois casos, o tributo pago na aquisição do produto ou serviço da empresa de menor porte vira crédito para seu cliente

pessoa jurídica.

O Brasil já tem IVA?

O Brasil já tem **tributos** no formato IVA, como o ICMS e o PIS/Cofins, que serão extintos com a reforma, mas nem tudo o que é tributado dá direito a crédito atualmente,

o que gera cumulatividade. Também há uma profusão de legislação e regras diferentes entre setores e regiões. Além disso, o tributo não é calculado "por fora", o que pode transformar uma alíquota de 25% em mais de 30%.

Os novos IVAs da reforma

A reforma cria dois IVAs: uma contribuição federal (CBS) e um imposto estadual/municipal (IBS) sobre bens e serviços. A soma das alíquotas dos dois é estimada em 25%, sendo que alguns produtos e serviços terão redução de 50% (12,5%, nesse caso) e outros serão isentos.

Como funciona na Europa e nos EUA

Na Europa, a adoção do IVA foi necessária para permitir a integração econômica do continente. O imposto também está presente na maior parte da América Latina. Índia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia são outros exemplos.

Os Estados Unidos são a única grande economia que não tem esse tipo de imposto. O país possui um "sale tax" cobrado pelos governos regionais somente na última etapa da cadeia, a venda ao consumidor. Na prática, o efeito é o mesmo do IVA em termos de não cumulatividade, mas o risco de sonegação é maior.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>

# Governadores e lobby impõem obstáculos para reforma tributária

*Idiana Tomazelli, Victoria Azevedo e Fábio Pupo*

Em uma semana decisiva para a agenda econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), três propostas prioritárias enfrentam obstáculos para avançar na Câmara dos Deputados em meio a resistências de mérito e também à cobrança pela liberação de emendas parlamentares.

Se antes a expectativa era enfileirar as votações do projeto de lei que trata do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, do novo arcabouço fiscal e da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária**, agora lideranças influentes da Casa já fazem reservadamente a avaliação de que será difícil levar adiante qualquer votação nesta semana.

A promessa de um esforço concentrado partiu do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que tem tido um bom diálogo com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e também se coloca como uma espécie de fiador da **reforma tributária**, pois deseja imprimir essa marca à sua gestão no comando da Casa.

A previsão era começar já com a votação do projeto do **Carf** na segunda-feira (3). A proposta tramita em regime de urgência constitucional, por isso, tem preferência na pauta da Câmara. Só depois de sua votação é que os deputados podem apreciar o novo arcabouço fiscal -o que também ocorreria na segunda.

A falta de acordo em torno do texto, no entanto, já adiou a votação do **Carf** por dois dias. O relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), apresentou seu relatório na segunda à noite, sem tempo hábil para que fosse analisado pelos demais parlamentares. Já nesta terça-feira (4), ele reconheceu que dificilmente o texto seria votado diante da necessidade de ajustes.

"O processo ainda está em maturação. As pessoas precisam conhecer o texto, sugerir. Tem uma sugestão ou outra que se faz necessário", afirmou Pereira.

Por ser uma PEC, a **reforma tributária** não é alcançada pela regra da urgência que trava o andamento de outras propostas. Do ponto de vista técnico, Lira pode mudar seu cronograma e inverter as votações, antecipando a **reforma tributária**.

Do ponto de vista político, porém, essa inversão é considerada delicada. Ainda há impasses envolvendo trechos do texto do relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que dificultam traçar agora um cenário de aprovação até sexta-feira (7), como anunciou e ainda quer Lira.

No governo e no Congresso, há uma avaliação de que a concentração de tantas pautas estratégicas em uma mesma semana acabou tumultuando as negociações. Dentro do Executivo, houve quem alertasse para o perigo de o esforço concentrado acabar gerando confusão, expondo o governo em diferentes frentes de articulação ao mesmo tempo.

Um retrato desse ambiente tumultuado são as próprias reuniões dos partidos. Um bloco que representa 142 parlamentares de partidos como MDB, Republicanos e PSD se reuniu para discutir as propostas de **reforma tributária** e do **Carf**. A reunião contou com a presença dos respectivos relatores e durou cerca de quatro horas, mas até o início da noite ainda não havia tido nenhum desfecho objetivo sobre apoiar ou não as propostas.

Um dos principais desafios da **reforma tributária** é reunir apoio de governadores resistentes hoje ao conselho federativo a ser criado pela reforma para centralizar a arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai substituir o ICMS estadual e o ISS municipal.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o principal expoente da resistência à ideia e defende um mecanismo de câmara de compensação, segundo o qual os estados continuam responsáveis pela arrecadação, mas depois efetuariam o repasse das parcelas que cabem a outros estados.

O relator da **reforma tributária** busca construir agora um meio-termo entre os dois modelos, na tentativa de atrair o apoio de São Paulo.

De acordo com pessoas envolvidas nas discussões, haveria a retenção do tributo recolhido ao longo do processo de produção dentro dos municípios e estados (como na aquisição de insumos), até que haja a venda do bem ou serviço ao consumidor final.

Se todas as operações ocorressem entre municípios

de um mesmo estado, a câmara de compensação executaria a distribuição dos recursos dentro do próprio estado.

Caso houvesse operações interestaduais, o processo seria um pouco mais complexo. Vários especialistas têm apontado que o modelo de câmara de compensação cria um problema para os contribuintes cobrarem seus créditos tributários para abater do valor a pagar em **impostos**.

Nesse caso, a proposta intermediária prevê a retenção de uma parte do valor do tributo no conselho federativo. Essa parcela funcionaria como uma espécie de garantia para os contribuintes resgatarem seus créditos, mesmo que o recolhimento do imposto tenha sido feito em outro estado.

Além da pressão dos governadores, o relator tem recebido reclamações de setores empresariais. Agronegócio e serviços se posicionaram contra o texto.

Mesmo após o relator apresentar uma lista de segmentos contemplados por uma alíquota reduzida, os empresários dessas atividades dizem que não apoiam o texto sem que haja modificações. A reclamação das entidades é que a proposta transfere a carga tributária da indústria e do setor financeiro para o agro e os serviços.

Representantes do agronegócio tiveram uma reunião na segunda-feira com Ribeiro para pedir mudanças. "A gente entende que o relatório evoluiu em alguns pontos, mas não o suficiente para ter o apoio do setor", afirma Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Ribeiro incluiu no texto um dispositivo que autoriza produtores rurais com receita de até R\$ 2 milhões ao ano a optar por não contribuir ao IBS e à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, que vai substituir PIS e Cofins), em um aceno que, segundo o relator, contempla 98,5% dos produtores rurais pessoas físicas no país.

A CNA, porém, quer que esse limite de renda seja ampliado para até R\$ 4,8 milhões. O agro também defende mais clareza no texto sobre a não cumulatividade da tributação.

Outro pleito é que a alíquota reduzida para parte dos produtos agropecuários, que na proposta é de 50% da cobrança integral, seja ainda menor, equivalente a 20%, e valha para todo o setor. "De 35 países com IVA [Imposto sobre Valor Agregado, modelo usado pela proposta], 8 têm isenção para o agro -como Canadá,

México e Reino Unido", afirma Conchon.

O texto do relator prevê imposto pela metade para produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, além de bens incluídos na cesta básica. Tal lista ainda deixaria de fora uma série de produtos, defende a CNA.

O presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), deputado Pedro Lupion (PP-PR), diz que tem conversado constantemente com Lira e o relator da proposta em busca de ajustes no texto, embora considere o adiamento da votação um cenário ideal.

"Nunca vamos aceitar aumento de tributação sobre o agro, óbvio [...]. Não aceitamos reoneração da cesta básica", afirmou Lupion em reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), que recebeu o secretário de Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, dois outros críticos à proposta.

Lupion chamou o cashback, mecanismo de devolução de **impostos** para pessoas de baixa renda, de "utopia completa". "[É] a dona de casa pagando mais caro sob a promessa do governo de devolver esse dinheiro, algo que sabemos que nunca vai acontecer."

O setor de serviços também tem sido enfático contra o texto e alega não ter tido interlocução com Aguinaldo Ribeiro. "É uma oportunidade perdida se for aprovado isso", diz Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional dos Serviços).

Um dos principais argumentos do setor é o risco de aumento da carga tributária. No entanto, o governo, o relator e especialistas favoráveis à reforma afirmam que boa parte das empresas de serviços está no Simples Nacional -que não será alterado pela PEC. Outros estão nos segmentos de saúde, educação e transporte coletivo, que foram contemplados pela alíquota reduzida de 50% da cobrança integral.

Mesmo os serviços que são impactados pelo novo imposto serão, por outro lado, beneficiados pela possibilidade de abater créditos que hoje não podem ser resgatados. **Tributos** recolhidos na conta de luz, por exemplo, poderão ser abatidos pelas companhias para reduzir o valor a ser recolhido sobre suas vendas.

O relator chegou a prever em seu parecer que o governo precisa entregar uma proposta de reforma do Imposto de Renda e que a arrecadação com essas mudanças "poderá" abater a folha de pagamento. Mas a proposta não agradou à CNS.

"Você acha que é sensato? A gente vai aumentar

Imposto de Renda e com isso desonerar a folha de pagamento? É irracional", afirma Nese.

Antes, os representantes da área defendiam a desoneração da folha com base na recriação de um imposto nos moldes da antiga CPMF -ideia defendida em diversas ocasiões pelo então ministro Paulo Guedes (Economia) e sua equipe, mas que foi alvo de resistência até do então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Diante das dificuldades da ideia, a CNS agora tem esperança de articular e aprovar uma modificação no texto para que o IVA tenha uma alíquota ainda maior para que os recursos sejam destinados à desoneração da folha.

A AGENDA ECONÔMICA DA SEMANA

**REFORMA TRIBUTÁRIA** Obstáculo: resistência de governadores e de setores, como a agropecuária

#### **CARF**

Obstáculo: relator, que apresentou texto na segunda (3), diz que dificilmente projeto será votado nesta semana, diante da necessidade de ajustes

ARCABOUÇO FISCAL Obstáculo: Projeto do **Carf** tranca a pauta e, se, não for votado, impede apreciação final pela Câmara das novas regras fiscais

NÃO VOU ENTRAR EM BRIGA DE BOLSONARO COM LULA,

DIZ RELATOR Relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou nesta terça (4) a prefeitos que não deixará que a proposta "se contamine com a política radical" e que não se deve entrar no conflito entre Jair Bolsonaro (PL) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As declarações foram dadas no mesmo dia em que o PL divulgou uma nota, assinada por Bolsonaro, com duras críticas à PEC da **reforma tributária** e sinalizando que a sigla deve orientar voto contrário à proposta na Câmara.

Em sua fala durante evento da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), em Brasília, Aguinaldo defendeu a reforma como projeto de interesse do país, com foco nos municípios, nos estados e na economia brasileira.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>

# Economistas fazem manifesto em defesa da reforma tributária

Economistas, entre ex-ministros, ex-presidentes do Banco Central e pesquisadores, assinaram um manifesto divulgado nesta terça-feira (4) em defesa da PEC (proposta de emenda à Constituição) 45/19, texto da **reforma tributária** que tramita na Câmara dos Deputados.

A carta enfatiza que há um consenso de que o sistema tributário brasileiro precisa de uma reforma "urgente".

"Reconhecemos que não existe **reforma tributária** ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", diz um trecho.

Entre os 67 economistas que assinam a carta estão Arminio Fraga e Affonso Celso Pastoie, ex-presidentes do BC; Máilson da Nóbrega e Guido Mantega, ex-ministros da Fazenda; Samuel Pessoa, pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas); Octaviano Canuto, diretor-executivo no Banco Mundial, diretor-executivo do FMI (Fundo Monetário Internacional) e vice-presidente do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento); Carlos Eduardo Xavier, presidente do Comsefaz (Conselho dos Secretários de Fazenda); Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

À Folha Arminio Fraga disse que a reforma compõe uma das mudanças de direção em curso no Brasil.

"A curto prazo, alguns setores vão ter que se adaptar e perder um pouco. Mas todos saem ganhando se o horizonte de tempo for de alguns anos", disse. O economista diz acreditar que o texto está suficientemente maduro para ser votado na Câmara. "Essa reforma já está em discussão há muito tempo."

A carta foi divulgada na semana em que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende pautar e aprovar a **reforma tributária**, antes do recesso parlamentar. No último fim de semana, o deputado começou a medir o apoio das bancadas partidárias à PEC 45 para saber quantos votos cada uma é capaz de entregar.

Lira quer saber quais são os bloqueios que impedem

uma aprovação maior ao texto. Por se tratar de uma PEC, a matéria precisa do voto favorável de 308 deputados em dois turnos no plenário da Casa.

O texto em discussão cria um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual e prevê que a tributação sobre consumo estadual e municipal (ICMS e ISS) seja substituída por um único imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Já os **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins) serão reunidos na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

De acordo com o manifesto dos economistas, essa proposta de reforma é "abrangente" e está alinhada "às melhores práticas internacionais".

"Essa reforma dará ao Brasil a oportunidade de implementar um dos mais modernos sistemas de tributação sobre consumo do mundo", afirmou à Folha Máilson da Nóbrega.

O ex-ministro da Fazenda diz que, diferentemente do IVA implementado na União Europeia a partir dos anos 1960, com diversas alíquotas diferenciadas, o Brasil tem agora a oportunidade de olhar para experiências mais bem-sucedidas e modernas de IVAs, como o da Austrália e da Nova Zelândia.

Segundo o economista, alíquotas diferenciadas, inclusive para saúde e educação, acabam privilegiando os mais ricos, que podem pagar por esses serviços.

Além disso, segundo Nóbrega, essa diferenciação faz com que as empresas se organizem para driblar os **impostos** mais altos, o que leva a uma perda da **eficiência** do sistema, um dos maiores objetivos a ser atacado pela **reforma tributária**.

Estados, municípios e o setor de serviços têm apresentado resistência ao texto da **reforma tributária** em discussão na Câmara, com propostas de alteração. Governadores são contrários ao conselho federativo, que será responsável por gerir a arrecadação do IBS, e argumentam que o órgão vai tirar a autonomia dos estados.

Sobre essa questão, Máilson da Nóbrega afirmou que os estados e municípios precisam escolher se querem manter sua soberania ou garantir a prosperidade.

"Federações poderosas no mundo aceitaram a gestão única do IVA em detrimento de sua autonomia, porque preferiram a prosperidade. É o caso da Alemanha", diz o ex-ministro da Fazenda.

Governadores também discutem alterar o ano de início do IBS. Como afirmou na sexta (30) o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), mandatários dos Executivos estaduais que temem perder arrecadação por causa dos benefícios fiscais do ICMS querem que o novo imposto tenha validade apenas a partir de 2033.

Castro defende mais tempo para discutir a **reforma tributária**, mesmo que isso signifique atrasar a votação na Câmara dos Deputados.

Outra crítica às propostas de mudanças vem do setor de serviços. Entidades empresariais entendem que a reforma aumenta a tributação do setor ao estabelecer uma única alíquota de imposto sobre mercadorias e serviços.

Nóbrega pondera que 90% das empresas do setor fazem parte do Simples Nacional e, por isso, não serão afetadas pela reforma.

A curto prazo, alguns setores vão ter que se adaptar e perder um pouco. Mas todos saem ganhando se o horizonte de tempo for de alguns anos

Arminio Fraga ex-presidente do BC

Essa reforma dará ao Brasil a oportunidade de implementar um dos mais modernos sistemas de tributação sobre consumo do mundo

Maílson da Nóbrega ex-ministro da Fazenda

Leia o manifesto

"É consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente.

Nesse sentido, manifestamos nosso apoio à PEC 45, uma proposta de reforma abrangente da tributação do consumo, que substitui o ICMS, o IPI, o ISS, e a Contribuição para o PIS e a Cofins por dois **tributos** sobre bens e serviços (IBS e CBS) harmonizados, com base ampla e alinhados às melhores práticas internacionais. Reconhecemos que não existe **reforma tributária** ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais.

Sabemos que mudanças como essa geram resistências e temor por parte de alguns agentes

econômicos e de entes da federação. Mas temos certeza de que os benefícios para a população e para a economia brasileira serão colhidos por todos. Precisamos aprovar a **reforma tributária** da PEC 45/19 em 2023.

Essa mudança tem sido discutida há 35 anos, e a proposta atual foi ampla e democraticamente debatida nos últimos 4 anos. Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas -com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos estados e municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país."

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>

# Produção de veículos tem maior alta em 9 meses sob expectativa de pacote

**Leonardo Vieceli**

Após dois meses em queda, a produção industrial de veículos automotores, reboques e carrocerias cresceu 7,4% no Brasil em maio ante abril, informou nesta terça-feira (4) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É a maior alta do segmento em nove meses, desde agosto de 2022, quando o avanço havia alcançado 13,2%. O novo resultado pode ser associado a pelo menos duas questões, de acordo com André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

A primeira é a retomada das fábricas que haviam registrado paralisações e férias coletivas em março e abril. A segunda é a preparação do setor para o início do programa federal de descontos para a compra de carros populares.

"São fatores que justificam o crescimento dessa atividade", afirmou Macedo.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou corte de **impostos** para carros populares no dia 25 de maio, após a discussão ganhar repercussão ao longo do mês. Em 13 de maio, a Folha noticiou a preparação do plano de incentivo a esse setor da indústria.

Na pesquisa do IBGE, a atividade de veículos automotores também inclui bens como caminhões. Segundo o instituto, a alta de 7,4% registrada em maio foi uma das principais influências positivas para o avanço de 0,3% da produção industrial brasileira como um todo no período.

A atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias acumula alta de 5% em 12 meses e baixa de 1,5% neste ano até maio. O segmento ainda está 11,4% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Na visão de analistas, os juros elevados e o endividamento das famílias vêm dificultando a recuperação dos negócios.

Além disso, locadoras de veículos suspenderam compras de carros à espera de incentivos por parte do governo. Com as vendas de carros para frotas de empresas travadas, pátios de montadoras ficaram

lotados, como mostrou a Folha na semana passada.

Nesta terça (4), o setor teve o anúncio oficial de que a chinesa BYD (Build Your Dreams) implantará um complexo industrial para produção de veículos elétricos no município baiano de Camaçari (a 50 km de Salvador). O investimento previsto é de R\$ 3 bilhões (leia texto abaixo).

De acordo com o IBGE, a produção industrial brasileira subiu em 19 dos 25 ramos investigados em maio. É o maior espalhamento de taxas positivas desde setembro de 2020, quando 23 atividades haviam crescido.

Além do segmento de veículos, o instituto destacou as contribuições de coque, produtos derivados do petróleo e bio-combustíveis (7,7%) e máquinas e equipamentos (12,3%).

Do lado dos setores que pressionaram negativamente a indústria em maio, estão produtos alimentícios (-2,6%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-9,7%). Esse desempenho impediu um avanço superior ao crescimento de 0,3% na indústria como um todo.

No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, a produção das fábricas recuou 0,4% de maneira geral. Em 12 meses, o setor ficou estagnado, com variação nula (0%).

Macedo, do IBGE, disse que o resultado positivo de maio (0,3%) traz "algum alento", embora o setor ainda esteja longe de recuperar as perdas recentes.

Nesse sentido, o pesquisador destacou que a produção da indústria brasileira segue 1,5% abaixo do pré-pandemia. "Tem um espaço importante a ser recuperado."

Em nota, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) afirmou que uma expansão maior das fábricas vem sendo limitada por um balanço de forças desfavoráveis.

"Destaca-se o patamar elevado da taxa de juros, com implicações sobre endividamento das empresas e das famílias", disse a entidade.

A Fiesp declarou ainda que a expectativa para o

desempenho da produção industrial nos próximos meses é de baixo dinamismo, com projeção de queda de 0,5% em 2023, que, se confirmada, será a sétima em dez anos.

"O quadro de fraco desempenho do setor pode ser amenizado com uma redução forte dos juros e medidas que melhorem o ambiente de negócios, como a **reforma tributária**", disse a entidade.

Na avaliação da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), apesar da alta em maio, a produção da indústria nacional ainda enfrenta uma "trajetória de baixo dinamismo".

A entidade fluminense também cita o patamar elevado dos juros como motivo de dificuldades.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>**



# Após pressão de Estados, relator diz que pode rever pontos da reforma

Diante da pressão principalmente de governadores, o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou ontem que pode rever pelo menos três pontos do seu relatório. Esses pontos têm a ver com a definição de regras para o chamado Conselho Federativo e para o Fundo de Desenvolvimento Regional e ainda sobre um novo cálculo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que vai reunir o ICMS (de competência dos Estados) e ISS (dos municípios).

"A gente tem compromisso político de discutir", afirmou Ribeiro. "A ideia é de que a gente tenha claro na PEC esse e outros temas para evitar qualquer tipo de insegurança." O deputado acrescentou que esses pontos "estarão endereçados" até hoje. A possibilidade de mudança no texto foi antecipada pelo Estadão na terça-feira.

Em outra frente, o Estadão apurou que Ribeiro também avalia uma lista de 37 produtos para compor uma cesta básica nacional. Os itens dessa lista restrita, apresentada pelo setor de supermercados, seriam desonerados integralmente.

A alternativa está na mesa de negociação porque o parecer inicial do relator não prevê a desoneração de 100% da cesta básica. Ele fixou uma tributação reduzida para os produtos equivalente a 50% da alíquota básica do novo imposto - projetada em torno de 25% pelo Ministério da Fazenda.

## IMPASSE.

Mais recursos para compensar o fim da chamada guerra fiscal e mudança na forma prevista na reforma para a repartição dos novos **tributos** são algumas das críticas de governadores (ver quadro nesta página). Quem tomou a frente nessa articulação foi o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que apresentou uma proposta para substituir o Conselho Federativo por uma câmara de compensação.

Pelo texto em debate, caberá ao conselho distribuir os recursos do novo IBS. Para os governadores, isso representaria perda de autonomia.

"Não podemos deixar a reforma escorrer pelas mãos", disse Tarcísio, ontem à noite, depois de reunião de

governadores em Brasília, acrescentando que cerca de 90% da reforma já estaria "pacificada". O encontro reuniu, entre outros, Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Claudio Castro (Rio) e Romeu Zema (Minas).

"É importante que haja um quórum regionalizado", disse Leite, sobre a composição do Conselho Federativo. Ele ressaltou que Norte e Nordeste, juntos, têm mais da metade dos Estados brasileiros. Assim, se as decisões no conselho forem tomadas por maioria simples, uma aliança entre as duas regiões seria suficiente para ditar os rumos das deliberações.

## MANIFESTO.

O projeto de **reforma tributária** ganhou ontem apoio de peso. Mais de 60 economistas e empresários assinaram um manifesto para endossar a proposta que está sendo debatida na Câmara.

Entre os signatários do texto, estão economistas como Affonso Celso Pastore, Andrea Calabi, Arminio Fraga, Edmar Bacha e Samuel Pessoa; e empresários como Jorge Gerdau (presidente do conselho superior do Movimento Brasil Competitivo) e Pedro Passos (cofundador da Natura).

Eles afirmam que é "consenso que a reforma do sistema tributário brasileiro é necessária e urgente". "Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas - com alinhamento político entre o Congresso, governo federal, maioria dos Estados e municípios e do setor privado."

Os nós do texto

As divergências que travam as negociações

Conselho Federativo

O projeto de **reforma tributária** cria o Conselho Federativo, órgão que seria responsável por gerenciar e distribuir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo que unificaria o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

Pelo menos 11 governadores já disseram ser contra o formato

Mais recursos

A proposta do relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB) prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Até 2033, o FDR teria R\$ 40 bilhões, conforme previsão no relatório. Governadores pedem R\$ 75 bilhões por ano

#### Fundo Regional

Os recursos do FDR seriam revertidos aos Estados como forma de compensar o fim da guerra fiscal. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), quer que o Estado receba mais recursos. Ele sugere que a distribuição leve em conta o cadastro do Bolsa Família

#### Transição

O relatório prevê a simplificação do sistema tributário com um período de transição até 2029. Os governadores querem que o período se estenda até 2033

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Proposta de Tarcísio traz risco de "calote federativo", diz Appy

**I ADRIANA FERNANDES e MARIANA CARNEIRO/BRASÍLIA**

Secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, rebateu ontem proposta apresentada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para substituir o modelo de centralização de arrecadação do novo imposto que vai unificar o ICMS (de competência estadual) e o ISS (municipal). Segundo ele, o modelo poderia criar um risco de "calote federativo".

A centralização está prevista no parecer do relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a partir da criação de um Conselho Federativo para cobrar, gerir e distribuir o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Com o argumento de que isso representaria perda de autonomia dos Estados, Tarcísio defende a criação de uma câmara de compensação. Pela proposta, no caso de operações interestaduais o imposto seria arrecadado pelo Estado de origem da mercadoria, com a partilha dos recursos para os Estados de destino do produto sendo feita pela câmara.

Appy avaliou também que o modelo defendido por São Paulo é pior para as empresas, principalmente aquelas que atuam em vários Estados do País. Os Estados poderiam ficar inadimplentes com o pagamento dos créditos devidos às companhias.

"Tem de avaliar os prós e contras de diferentes alternativas do ponto de vista político, mas também do técnico", disse. Ele reforçou que o importante no princípio previsto na reforma é de que o "imposto pertence ao Estado e município do destino".

Em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, ontem em Brasília, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, defendeu a proposta da câmara, com o argumento de que a União poderia garantir que nenhum Estado de origem retenha recursos arrecadados que deveriam ir para Estados de destino. "E se alguém inadimplir? É um papel que cabe bem à União. A União pode honrar essa posição e executar garantias, inclusive bloqueio de repasses constitucionais", disse.

Appy disse ainda ter "certeza" de que a sonegação vai cair com a mudança no sistema de **impostos**. As estimativas feitas pela equipe técnica do Ministério da Fazenda indicam que o chamado "gap de conformidade" poderá ter uma queda dos atuais 22% para 14%.

Esse indicador significa que, a cada R\$ 100 que deveriam ser recolhidos em **impostos**, R\$ 22 deixam de entrar nos cofres públicos.

O valor poderia ser reduzido para R\$ 14 com a reforma sobre os **tributos** que incidem sobre o consumo, segundo o secretário.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Exceções criadas em nova regra fiscal somam R\$ 73 bi

**I BIANÇA LIMA, IANDER PORCELLA e GIORDANNA NEVES**

As três novas exceções ao limite de gastos do arcabouço fiscal, aprovadas pelos senadores, somam R\$ 73 bilhões fora da trava de despesas da nova regra para controle das contas públicas.

O cálculo é da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e leva em consideração os valores referentes a 2023.

A cifra se aproxima do piso de investimentos previsto no arcabouço para este ano, perto de R\$ 70 bilhões. Também é próximo do valor reivindicado pelos governadores - R\$ 75 bilhões - para o aporte do governo federal ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos pilares da reforma tributária.

O relator do texto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PPBA), afirmou que os deputados podem manter as exceções à regra fiscal que foram aprovadas pelo Senado (mais informações nesta página).

Na Casa, porém, há queixas sobre a forma como a proposta foi aprovada pelos senadores.

O deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) afirma que as mudanças no texto não foram discutidas com os deputados - os quais, segundo ele, acabaram se desgastando para aprovar um arcabouço mais rígido.

"A Câmara fez um esforço para atender ao arcabouço fiscal pela forma proposta pelo ministro da Fazenda, por entender a necessidade de o País ter estabilidade fiscal. O Senado abriu mais, sem discutir o mérito com os deputados. Vamos ver agora qual será a posição do governo", disse ao Estadão.

O impacto calculado pelos técnicos da Câmara leva em consideração três novas exceções: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e despesas com ciência em tecnologia.

**DESPESAS.**

No caso do Fundeb, a complementação do governo federal é estimada em cerca de R\$ 40 bilhões em

2023. Atualmente, o Fundeb está fora do teto de gastos. Pelo texto aprovado na Câmara, o fundo estaria dentro da nova trava, mas o limite cresceria à medida que a complementação da União avançasse.

Parlamentares da bancada da educação alegam, no entanto, que, como a complementação ao fundo está vinculada à receita dos Estados, sempre que a arrecadação estadual avançar mais do que o teto, haverá aperto de outras despesas.

Já o FCDF projeta despesas de R\$ 23 bilhões. Pelo texto aprovado na Câmara, o repasse passaria a ficar dentro das limitações do novo teto. Senadores do DF, no entanto, pressionaram pela retirada do fundo da nova trava, alegando que a mudança levaria a uma perda bilionária nos cofres da capital, o que causaria um impacto nos serviços de segurança, educação e saúde.

Em ciência, tecnologia e inovação as despesas são estimadas em cerca de R\$ 10 bilhões em 2023. Atualmente, não existe esse tipo de exceção no teto de gastos atual.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Acordo para votar reforma tributária deve ser encorajado (Editorial)

É um alento que a **reforma tributária**, tema que desafia o Brasil há décadas, tenha enfim chance de avançar no Congresso. É desejável haver acordo nas negociações para votar na Câmara, nos próximos dias, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Não que o resultado vá ser perfeito. Certamente não será o ideal.

Mas porque, uma vez aprovada, a PEC representará uma transformação essencial no sistema brasileiro de **impostos**, o mais opaco, complexo e custoso do mundo. A própria PEC abre caminho a correções futuras de rumo, por meio de nova legislação prevista.

Qualquer discussão sobre a reforma não pode esquecer o fundamental: ela extingue as duas principais distorções tributárias que drenam produtividade da economia brasileira. Primeira: a cobrança de **impostos** em cascata. Ninguém paga apenas a alíquota declarada nas notas fiscais. Há **tributos** embutidos jamais explícitos. Os dois novos **impostos** criados pela reforma -o federal CBS e o estadual/municipal IBS -ficarão fora da base de cálculo em todas as transações, seguindo o modelo consagrado de Imposto sobre Valor Adicionado.

Isso permitirá aos empresários abater o que já foi pago do que ainda deve ser (fim da cobrança em cascata) e deixar evidente ao cidadão quanto imposto sai de seu bolso.

A segunda distorção é o recolhimento de **impostos** no estado de origem dos produtos e serviços, e não no destino, onde o consumo ocorre -daí deriva a guerra fiscal, com estados oferecendo isenções e alíquotas mais atraentes a quem neles produzir. Com a cobrança no destino e a unificação das alíquotas, essa distorção desaparecerá, havendo ganho de eficiência para a economia.

O que historicamente travou toda tentativa de reforma foi a resistência de estados e municípios que vislumbram perda de arrecadação ou que desejam manter incentivos para preservar setores de sua economia. O texto de Ribeiro propõe mecanismos de compensação para tais perdas ao longo do tempo, e o debate recente tem se concentrado em torno deles. Outra queixa vem do setor de serviços, que também reivindica formas de compensar suas perdas, pois, ao

contrário da indústria, não tem insumos a abater da base de cálculo.

Por óbvio, qualquer acordo não pode manter uma situação que torne inviável o fim da cobrança em cascata.

A proposta de Ribeiro, oriunda de ideias do economista Bernard Appy, prevê um prazo longo para a transformação do sistema tributário brasileiro -a implantação começaria em 2026 e só estaria encerrada em 2033. Os novos **impostos** conviverão com os antigos, de modo a permitir calibragem das alíquotas sem afetar a carga tributária total. Obviamente todas essas balizas precisarão ser respeitadas, do contrário se perpetuará a iniquidade do sistema atual sem que o novo prevaleça.

Ribeiro abriu diversas exceções para facilitar a tramitação num Congresso repleto de lobbies. Deixou de lado programas de subsídio (Simples e Zona Franca de Manaus), reduziu a alíquota pela metade ou a zero em casos como saúde e educação, permitiu cobrança maior de produtos nocivos como álcool ou cigarro e criou regras especiais para combustíveis, serviços financeiros e seguros. Mesmo que algumas exceções possam ser justificáveis, elas não condizem com o espírito simplificador da reforma. Se, porém, forem o preço a pagar pela modernização do sistema tributário brasileiro, terá valido a pena.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Acordo para votar **reforma tributária** deve ser encorajado

O GLOBO - ON LINE - RJ

Acordo para votar **reforma tributária** deve ser encorajado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo e oposição medem forças - VERA MAGALHAES

**VERA MAGALHAES**

A discussão da **reforma tributária** chegou àquele ponto em que se assemelha a uma partida de duração avançada daqueles jogos de tabuleiro de guerra quando um jogador tem de destruir os exércitos dos outros. Depois de muitas rodadas, todo mundo já fortaleceu demais suas guarnições, e qualquer avanço se torna difícil de prever, por depender de um misto de sorte e estratégia.

Vencidos alguns oponentes mais fracos, restam na disputa Arthur Lira, com os tanques do Centrão, o governo, que tenta esconder o jogo, e a oposição, que nas rodadas mais recentes levou a melhor nos dados e avança pelo mapa depois de ser bastante desacreditada.

Parecia que a batalha se resolveria logo, mas agora periga avançar indefinidamente.

A entrada de São Paulo no jogo foi um fator a mudar os prognósticos. Tarcísio de Freitas demorou a se posicionar em relação aos principais pontos, mas, quando se posicionou, conseguiu juntar os governadores do Sudeste e do Sul em algumas reivindicações e na resistência ao Conselho Federativo nos moldes em que tinha sido desenhado.

De quebra, vem conseguindo transformar a discussão da reforma justamente naquilo que o Executivo tentou evitar: uma disputa entre governo e oposição.

Fernando Haddad optou por concentrar esforços na defesa do novo arcabouço fiscal e deixar a **reforma tributária** como projeto do Congresso que contava com o entusiasmo do governo. Isso para evitar justamente o que começou a acontecer nesta semana: que os partidos bolsonaristas subissem o tom contra a Proposta de Emenda à Constituição.

Lira também encampou essa estratégia, numa daquelas alianças circunstanciais que os citados jogos de tabuleiro suscitam. Para ele, interessava capitanear a articulação da reforma, tema capaz de dar à sua passagem pela presidência da Câmara uma dimensão maior que o orçamento secreto e seus desdobramentos mais recentes, entre eles o inquérito para apurar desvios de recursos na compra de kits de robótica por prefeituras de Alagoas, envolvendo

aliados seus e se aproximando perigosamente dele.

A ascendência de Lira sobre o plenário e as bancadas de vários partidos -comprovada em vários rounds recentes, da aprovação da PEC da Transição à do Marco Fiscal, passando por derrotas impostas ao governo em questões como a tentativa de rever o Marco do Saneamento -era considerada fator-chave para levar a **reforma tributária** da categoria de tema para o qual era impossível de chegar a um consenso a possibilidade concreta.

Como, no Brasil, as coisas geralmente se definem perto do prazo final, a semana decisiva para a aprovação da PEC se transformou naquela em que a imprevisibilidade voltou a ser a tônica, e a possibilidade de novo adiamento sine die é grande. A questão federativa suplantou as resistências de setores da economia à unificação de **tributos** sobre o consumo e a ainda temida alíquota que incidirá sobre cada um. A proposta de criar um conselho, com regras não totalmente nítidas, para centralizar e depois distribuir a arrecadação do novo tributo sobre consumo virou o pomo da discórdia, e só uma revisão radical de seu desenho parece ser capaz de evitar que a reforma empaque de novo.

A entrada em cena de Tarcísio como articulador de um tema nacional acontece exatamente no momento em que seu mentor, Jair Bolsonaro, é retirado do mesmo tabuleiro político pela Justiça Eleitoral até 2030. De olho na rapidez com que seu espólio vai sendo dividido no jogo, o ex-presidente tratou de se fazer presente também na discussão da reforma, mas é evidente que terá menos peso que aquele que será exercido por seu ex-ministro de Infraestrutura e pelos demais governadores.

Para Lula, a hora de disputar votos - agora no plenário da Câmara -com uma direita em momento de reorganização de tropas chegou antes do desejado. Seu triunfo será, de novo, depender da aliança com Lira.

Todo mundo já fortaleceu demais suas guarnições, e qualquer avanço é difícil de prever na votação da **reforma tributária**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## Em busca de consenso

**VICTORIA ABEL, GERALDA DOCA E GABRIEL SABOIA**

Em uma semana decisiva de negociações da **Reforma Tributária**, o relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou que fará ajustes na proposta para viabilizar sua votação. A reforma atraiu ao menos dez governadores e cerca de 500 prefeitos a Brasília para discutir os termos da proposta de simplificação do sistema tributário. Em um quadro de mobilização de governos locais e disposição do relator para o diálogo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que vai seguir ouvindo governadores, prefeitos e empresários em busca de consenso para colocar o texto em votação até sexta-feira e disse estar convencido de que conseguirá fazer isso.

Ao menos três itens do texto apresentado por Ribeiro serão alterados: as regras para criação de um conselho federativo, responsável pela gestão e distribuição de recursos do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai reunir ISS (municipal) e ICMS (estadual); o Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai funcionar como uma injeção permanente de recursos para investimentos nos estados; e o cronograma de implementação do IBS. Os três pontos haviam sido alvo de críticas pelos estados, que se mobilizaram ontem em conversas com parlamentares na Câmara para mobilizar suas bancadas em prol de ajustes no texto.

Na noite de ontem, Ribeiro participou de um encontro com governadores do Sul e Sudeste em um hotel de Brasília.

Segundo o relator, o conselho federativo, que teria gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios, será mantido, mas com detalhamento da formação. Os estados argumentaram que perderiam autonomia: -Vamos para outra reunião para resolver isso. Sugestões para o conselho federativo, o Fundo de Desenvolvimento Regional. Tem uma demanda política de deixar isso mais claro. No conselho federativo, vamos ter que ter paridade, estamos desenhando a melhor forma de fazer isso.

A transição (para implementação do IBS) estamos calculando e pactuando com todos os estados. Já tínhamos um compromisso político de discutir esses pontos. Vamos tentar fazer a convergência entre os estados no que for possível -disse o relator.

CONSELHO FEDERATIVO Após o encontro, o

governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que vinha sendo um dos mais atuantes no pedido de ajustes no texto, afirmou que a reforma pode ser votada ainda nesta semana e que aceitaria uma arrecadação mais centralizada. Ele disse estar otimista com o desfecho das conversas: - Podemos caminhar para uma arrecadação mais centralizada.

Esses pontos estão sendo ajustados. Vai ser feito um esforço nesta reta final, principalmente amanhã (hoje), para que a gente tenha um texto pronto para ser apreciado pela Câmara agora no final da semana.

Vamos fazer esse esforço.

Não podemos deixar a reforma escorrer pelas mãos.

Os governadores propuseram que as deliberações do conselho federativo tenham dois níveis de aprovação, equilibrando as decisões de todos os entes federativos.

Além de cada estado ter um voto sobre a redistribuição de **impostos**, cada região do país teria peso para influenciar as decisões.

- Uma das fórmulas que sugerimos é que haja, além do quórum de deliberação pela maioria dos estados, a exigência de um quórum regional.

Forma-se uma maioria para aprovar que precisa também de 50% ou dois terços dos votos regionalmente. Porque senão você teria 16 votos do Norte e Nordeste, formando uma maioria. Não é adequado que duas regiões tomem as decisões - afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

A ideia tem apoio dos governadores do Rio, Cláudio Castro, e de Freitas, que até então defendiam a permanência de arrecadação independente dos estados, com a criação de uma câmara de compensação.

- A gente não vê grandes problemas no conselho. Se for uma lógica onde todos entendam ser positivo, o Rio não vai brigar por isso -disse Castro.

MOBILIZAÇÃO EM BRASÍLIA Antes da reunião com os governadores, o deputado Reginaldo Lopes, que foi coordenador do Grupo de Trabalho que analisou a reforma na Câmara, detalhou o que poderia mudar no

cronograma de implementação do IBS: a ideia é começar em 2026 com 1% da arrecadação de ISS e ICMS. A alíquota chegaria a algo entre 30% e 40% em 2032. Somente no ano seguinte o IBS entraria em vigor integralmente, com alíquota geral a ser definida. O relatório original previa que ele só começaria em 2029, mas os governadores temiam que a legislação federal se sobrepusesse à local, pois a unificação de **impostos** federais começa em 2026.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, o que está em discussão é a inclusão no texto do volume de recursos que a União pode aportar. A Fazenda acenou com R\$ 40 bilhões, mas os estados querem mais. Outra possibilidade é incluir o critério de divisão dos recursos. Lopes defende que sejam levados em conta o tamanho da população, menor **PIB** per capita e beneficiários do Bolsa Família.

A oposição resiste a votar o texto esta semana. A bancada do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, cobra a apresentação do projeto de lei complementar que vai detalhar pontos da proposta de reforma, como alíquota padrão e reduzida do imposto. Diante dos sinais de polarização, Ribeiro defendeu a proposta: -Essa não é uma reforma de partido político, de direita nem de esquerda e centro. é uma reforma do Brasil. Não vou entrar em briga de Bolsonaro com Lula. Não vamos permitir que se contamine com a política radical, não temos interesse nela. Temos que pensar no nosso país. Essa proposta nasceu no Parlamento e está sendo discutida com municípios, estados e União.

Leite disse que a definição de data para votação forçou as lideranças a virem a Brasília.

Ontem, governadores circularam pela Câmara para conversar com as bancadas.

- Tem ajustes, mas todos entendem que a reforma é importante.

Absoluto consenso nunca vai ter - afirmou. - Não dá para discutir a reforma como se aquilo que a gente tem hoje fosse bom, não é.

Em um manifesto na Câmara, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se opôs ao texto e defendeu mais tempo para discutir a proposta.

\*

"Essa proposta nasceu no Parlamento e está sendo discutida com municípios, \_estados e União"

Aguinaldo Ribeiro, relator da proposta de **Reforma Tributária**



# Reforma Tributária no divã - ZEINA LATIF

## ZEINA LATIF

Apesar do anseio generalizado pela simplificação e eliminação da cumulatividade de **impostos** -exceto parcela dos profissionais que ganham com a confusão, nos setores privado e público -, o tema é mais desafiador que a Reforma da Previdência.

Há um conjunto maior de players que se julgam prejudicados e têm capacidade de organização e pressão no Congresso, de governadores a segmentos do setor produtivo.

São muitas décadas de convivência com um sistema que produziu desigualdades incompreensíveis entre bens e serviços consumidos, mas que moldou decisões de investimento das empresas. Agora muitos temem as mudanças. A grande desconfiança na ação estatal -um mal frequente em nações menos avançadas -está no cerne dos temores.

Para piorar, nota-se um certo desconhecimento do setor privado sobre a natureza do imposto sobre o valor agregado (IVA), que gera crédito tributário sobre insumos de todo tipo. Ao eliminar plenamente a cumulatividade de **impostos**, o IVA ajuda a conter o aumento da carga tributária de setores supostamente mais impactados pela reforma.

O fato é que alguma elevação da tributação em alguns bens e serviços é decisão acertada para promover a isonomia tributária.

Um exemplo citado de distorção atual é a tributação na aquisição de um carro diferir da do seu aluguel.

A resposta da política aos muitos temores, e ao risco de judicialização, foi manter alguns regimes especiais. É o caso do Simples e da Zona Franca de Manaus, apesar da pouca entrega em termos de crescimento econômico face aos custos para o contribuinte.

Além disso, propõe-se o tratamento diferenciado a outros tantos -como atividades primárias, artísticas, saúde e educação -, o que implica alíquotas mais elevadas aos demais e injustiças sociais, já que o benefício acaba chegando aos mais ricos também.

Tem sido comum a crítica de que o governo falha ao não apresentar estimativas do impacto da reforma em cada setor. Ocorre, porém, que o sistema atual é tão complexo -diferentes alíquotas, bases de cálculo e regras de dedução -, que impede cálculos precisos e

confiáveis, ainda mais por englobar as três esferas de governo. Em um mesmo setor, a carga de **tributos** pode variar bastante de empresa para empresa, a depender da sua localização e do mix de bens produzidos.

Critica-se também a definição das alíquotas ficar para uma lei complementar.

Equivocado seria definir na emenda à Constituição. Considerando as incertezas em relação ao efeito final da reforma e o compromisso de não elevar a carga tributária, melhor mesmo que calibrações de alíquotas sejam de fácil execução, o que é mais difícil em reformas constitucionais.

Um elemento que ressurgiu é a resistência de alguns governadores, apesar da concordância quanto à necessidade de substituição do ICMS, um imposto ultrapassado e de reforma inviável. A fonte da discórdia pode ser resumida na desconfiança em relação à União, havendo receio de uma suposta perda de autonomia arrecadatária.

Como resposta à queixa dos governos locais, optou-se pelo IVA dual (um da União, a CBS, e outro dos demais entes, o IBS), e não pelo IVA único nacional. Uma oportunidade perdida de maior simplificação. Foram também criados dois fundos, que pesarão nos cofres públicos: o de desenvolvimento regional, para combater desigualdades entre os estados; e o de compensação tributária, para ressarcir contribuintes que perderão com o fim da guerra fiscal -uma concessão irregular de benefícios tributários feita por governos locais para atrair empresas para seu território.

O principal ponto atual de disputa é o Conselho Federativo, a ser criado para gerir o IBS, enfrentando a desconfiança de governos locais quanto ao repasse dos recursos. Ironicamente, os próprios estados falham muito na devolução de créditos tributários. Para o especialista Isaías Coelho, um algoritmo de distribuição poderia realizar, de forma ágil, a tarefa de entregar os saldos líquidos aos estados de destino, sem o risco de ingerências.

A desconfiança está na ordem do dia, entremeada por estratégias políticas de governadores da oposição. Esse quadro dificulta o enfrentamento a grupos organizados.

Em que pesem as concessões feitas e os necessários

ajustes na redação da proposta, conforme apontado por especialistas, perder a janela de oportunidade para avançar nesse tema seria um equívoco.

\*

Em que pesem as concessões e os ajustes, perder a janela de oportunidade para avançar nesse tema seria um equívoco

**Notícias Relacionadas:**

O GLOBO - ON LINE - RJ  
**Reforma Tributária** no divã

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "Se a reforma não sair, vai custar caro para o país"

CÁSSIA ALMEIDA

Arminio Fraga / ECONOMISTA

Ex-presidente do BC diz que o Brasil tem, atualmente, uma "oportunidade rara" para deixar "um sistema maluco e antiquado" de **impostos**

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga alertou para a "oportunidade rara" que o país tem de aprovar a **Reforma Tributária**. A mudança no sistema de cobrança de **impostos**, em tramitação no Congresso, unifica **tributos** federais, estaduais e municipais em dois **impostos**, um federal e um subnacional, e deve ser votada esta semana.

O economista afirmou que é a chance de o país "sair de um sistema maluco, antiquado, com 27 enciclopédias de regras para cada estado".

Arminio disse que aceitou assinar "sem hesitar um minuto" o manifesto a favor da reforma que recebeu apoio de mais de 60 economistas, advogados, ex-secretários de Fazenda, entre eles Edmar Bacha, José Roberto Mendonça de Barros, Laura Carvalho e a ex-secretária de Fazenda de Goiás Cristiane Alkmin Junqueira (veja mais sobre o documento abaixo). O manifesto, intitulado "Crescimento econômico e Justiça Social: um manifesto pela **Reforma Tributária**", é uma iniciativa do Movimento Praserjusto.

Quais motivos levaram o senhor a assinar o manifesto?

Acho uma boa hora, tudo indica que a **Reforma Tributária** está avançando. Na reta final, sempre surgem dúvidas e tensões, que são naturais desse tipo de situação.

Eu vejo uma oportunidade rara para o Brasil sair de um sistema maluco, antiquado, com 27 enciclopédias de regras para cada estado.

O sistema novo é muito mais fácil, com muito menos distorções. Essa é uma das grandes reformas, se não estragarem muito, tenho esperança de que isso não aconteça, de que seja esse o resultado final. Se a reforma não sair, vai custar caro para o país.

Por quê? Quais as consequências?

Seria uma grande decepção, numa reforma que está pronta, debatida e que os ganhos são muito superiores aos custos. Não quero exagerar e dizer que a reforma vai mudar tudo, mas é a mais importante a nossa disposição, com impacto na produtividade, no crescimento e redistributivo.

A médio e longo prazos, vai trazer benefícios para todos. Não é correto fazer um conta de curto prazo, em cima da alíquota. Os preços vão se ajustar, dependendo do estado de oferta e demanda de cada setor. A incidência final dos **impostos** não é igual à mudança da alíquota. Tem que ser levada em conta a modernização extremamente benéfica para o país. Já passou da hora. Por essa e por outras, o Brasil não consegue deslanchar. Não vai resolver tudo, mas é muito relevante.

Quais as vantagens da reforma?

Não hesitei um minuto em assinar (o manifesto). Não é só um jogo de soma zero. Em qualquer horizonte de tempo, que não seja muito no curto prazo, todo mundo ganha.

Nós estamos vendo em paralelo o arcabouço fiscal, que não resolve todos os nossos problemas, mas estávamos caminhando claramente em direção a um desastre.

É mérito da área fazendária, que está na direção certa. Foi uma mudança importante.

Se no lado microeconômico houver um avanço ainda maior, vai ser uma grande vitória.

E se, na sequência, houver faxina no Imposto de Renda (o governo tem dito que pretende mandar o projeto ao Congresso neste semestre), que é cheio de iniquidades, está com jogo na mão se não engolir dois frangos nos últimos 15 minutos do jogo (na Copa do Mundo de 2022, nas quartas de final, a Croácia empatou o jogo nos últimos minutos da prorrogação, e o Brasil perdeu nos pênaltis).

Mas há muita pressão de vários setores?

É importante não abrir muitas caixinhas. Ter uma certa simplicidade e sair desse sistema em que a empresa

fica fazendo lobby em Brasília em vez de tocar a empresa.

Está na hora de todo mundo fazer sua parte e, enfim, dar esse presente à nação.

Essa é a reforma mais importante, na sua opinião?

Houve reformas importantes no governo Michel **Temer** (trabalhista) e no de Jair Bolsonaro (Previdência). Atualmente, parecia que iríamos dar um passo atrás na responsabilidade fiscal, a política externa é de tremendo mau gosto, e os bancos públicos ainda são uma questão, mas existem oportunidades. Realmente ainda estamos longe de uma posição confortável, mas estamos caminhando para uma direção muito promissora.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Manifesto a favor do projeto reúne ex-ministros e empresários

**Cássia Almeida**

Na semana decisiva para a aprovação da **Reforma Tributária**, o Movimento Praserjusto lançou um manifesto a favor do projeto que está tramitando no Congresso, que teve o apoio de mais de 60 economistas, advogados, ex-ministros, ex-secretários de Fazenda e políticos, de diferentes linhas de pensamento, governos e partidos.

O documento tem a assinatura de nomes como os dos ex-presidentes do Banco Central Arminio Fraga (veja entrevista acima) e Affonso Celso Pastore, dos ex-ministros Maílson da Nóbrega e Guido Mantega, dos empresários Jorge Gerdau e Pedro Passos, e dos políticos João Amoedo e Roberto Freire.

O documento, intitulado "Crescimento econômico e Justiça Social: um manifesto pela **Reforma Tributária**", afirma que a discussão sobre a mudança no sistema de **impostos** está madura, pois vem sendo "discutida há 35 anos, e a proposta atual foi ampla e democraticamente debatida nos últimos quatro anos".

"Agora, temos a melhor janela para aprovação das últimas décadas -com alinhamento político entre o Congresso, Governo Federal, maioria dos Estados e Municípios e do setor privado. Esta é a nossa oportunidade de deixar um legado de prosperidade, transparência e mais justiça em nosso país." Larissa Longo, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper, também assinou o documento, diante das resistências que alguns governadores e setores têm manifestado em relação às mudanças propostas no sistema tributário: - Temos visto, nos últimos dias, muita desinformação que começou a aparecer, com a intenção de adiar a votação. Apesar dessas resistências, a reforma é necessária e urgente.

A pesquisadora chama a atenção para a diversidade de perfis que assinaram o manifesto, de várias áreas de interesse, economistas, advogados, pessoas da área social.

- Todos concordamos que a reforma é uma iniciativa benéfica para o Brasil, acima dos interesses individuais.

O manifesto mostra que tem gente apoiando, e as evidências comprovam que a reforma vai ser boa para

o Brasil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# A aposta de R\$ 1 trilhão da reforma tributária - MARCELLO CORRÊA

**MARCELLO CORRÊA**

Nas projeções mais otimistas, a aprovação da **reforma tributária** pode resultar em um aumento de R\$ 1 trilhão na renda das famílias em 15 anos, segundo estudo que tem sido usado como uma das referências da equipe econômica para estimar os efeitos da proposta. O número deve ser lido com ressalvas, porque é baseado em versões iniciais do projeto, mas dá a dimensão do que está em jogo no debate, travado no Congresso.

A nota técnica, publicada em 2020, projeta que a medida pode fazer o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer de 12% a 20% na próxima década e meia, considerando também a melhora na produtividade nesse período. A cifra trilionária é projetada no cenário com o maior crescimento econômico possível. O impacto na renda varia de R\$ 112 bilhões a R\$ 559 bilhões em outros cálculos.

A produção do paper envolveu nomes que estão hoje no time econômico. O texto tem como coautora a economista Debora Freire, hoje subsecretária de Política Fiscal no Ministério da Fazenda, e foi elaborado a pedido do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), então dirigido por Bernard Appy, atual secretário extraordinário para a **reforma tributária** no governo.

Os ganhos no poder de compra foram calculados com base em um indicador chamado de variação equivalente, que leva em conta fatores como o aumento da renda e a redução de preços estimada com a aprovação da medida. "Uma das consequências desse grande aumento do bem-estar das famílias é a expansão significativamente mais elevada de seu consumo nesses cenários", diz o estudo, que projeta ganhos maiores para as rendas mais baixas.

Da época em que o trabalho foi lançado para hoje, o desenho proposto para a reforma mudou. O documento não considera, por exemplo, a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que prevê a criação de dois **tributos** sobre consumo: um federal e outro para governos locais.

Também não faz parte do cenário traçado naquele momento a criação de alíquotas reduzidas para alguns segmentos, inserida recentemente no projeto.

Na equipe econômica, todas essas ressalvas são consideradas, mas a avaliação é que é "inegável" que haverá um impacto positivo com a medida, embora os números possam mudar. A aposta é de que a indicação de transição para um sistema tributário mais eficiente atrairá investimentos e levará à redução de custos com contencioso, por exemplo.

Projeções de impacto positivo da reforma têm feito parte da estratégia da equipe econômica para angariar apoio em torno da medida. Appy, por exemplo, já citou a projeção de crescimento do **PIB** calculada pelo CCiF em um debate sobre o projeto neste ano. Mais recentemente, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a aprovação do texto pode levar a um crescimento econômico de 1% ao ano. Nos bastidores, um número semelhante foi apresentado a parlamentares pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como mostrou o Valor semana passada.

O otimismo das projeções contrasta com os desafios para fazer a proposta avançar no Legislativo, diante de críticas de setores e Estados que projetam que serão prejudicados pelo atual desenho da reforma. Há, inclusive, estimativas que apontam cenário contrário ao projetado pelos defensores da medida. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê aumento de 170% na carga tributária sobre o setor de serviços. Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) estima alta de 60% na tributação da cesta básica. O Ministério da Fazenda diverge desses cálculos.

Em 2020, quando o paper do CCiF foi lançado, a argumentação de que o projeto beneficiaria a economia não foi suficiente para construir um consenso. Agora, mesmo com a maratona de negociações, muitos em Brasília dizem que nunca se esteve tão perto de aprovar uma **reforma tributária** - embora a pergunta "qual reforma?" siga no ar.

O ministro Fernando Haddad costuma dizer aos seus auxiliares na Fazenda que, quando se trata de metáforas esportivas, economia tem mais a ver com uma longa corrida de Fórmula 1. Mas é com uma imagem do futebol que uma fonte da pasta descreve os momentos mais importantes do time econômico em 2023 até agora, incluindo a **reforma tributária**.

No começo do ano, o objetivo era arrumar a zaga e parar de tomar gols - como as perdas de arrecadação causadas pela prorrogação da desoneração de combustíveis. A leitura agora é de que já há lances importantes no ataque, como o anúncio do Plano Safra e o avanço do arcabouço fiscal no Congresso. Tratar agora do sistema de **tributos** seria como marcar um gol.

Pode ser que o trilhão da **reforma tributária** não se concretize. Mas, na equipe econômica, a meta é aprovar a "proposta possível". Em outras palavras, um gol de cabeça, em vez de um de bicicleta. Ou, na comparação preferida por Haddad, o projeto ainda precise passar por alguns pit-stops para ser ajustado antes de voltar à pista.

Vencida a etapa, já se discute a possibilidade de atacar mais enfaticamente outras áreas estratégicas. Já estão no aquecimento (ou nos boxes) outras medidas como projetos voltados para a transição ecológica e o novo plano de investimentos

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
A aposta de R\$ 1 trilhão da **reforma tributária**

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1)**

# Lira conta votos para levar tributária ao plenário até sexta

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conta votos entre os partidos para tentar aprovar a **reforma tributária** até o fim desta semana. As diversas siglas, prefeitos e governadores intensificaram as reuniões durante toda a terça-feira (4) e o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), sinalizou que apresentará um novo parecer para acolher algumas das sugestões que tem recebido. Um cenário cogitado por lideranças governistas era a aprovação de um texto que contasse com o apoio majoritário dos deputados e pudesse ser depois aprimorado no Senado, assegurando assim a conclusão da reforma na Câmara antes do recesso informal.

A Câmara está num "esforço concentrado" de segunda-feira até sexta-feira e, apesar de o período de descanso só começar em 15 de julho, parte dos deputados já marcou viagem com suas famílias na próxima semana. O texto de Aguinaldo Ribeiro será colocado em votação se o presidente da Câmara avaliar que há votos suficientes para aprová-lo. Por ser uma proposta de emenda constitucional (PEC), é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados (não apenas no texto principal, mas também nas emendas).

Um dos pontos que o relator trabalha para pacificar é a composição do Conselho Federativo, medida vista pelos Estados e prefeituras como uma perda da autonomia dos entes federativos na gestão de suas próprias receitas.

Em encontro da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o relator afirmou que as conversas sobre o tema ainda estão em curso e disse que buscará o estabelecimento de um equilíbrio.

Em uma breve fala, o paraibano destacou que a proposta não é de governo, mas de país, e sinalizou que pretende manter o debate do projeto distante de radicalismos.

"Não terminamos essa discussão [do Conselho Federativo]. Todas as decisões que formos tomar vamos tomar levando em consideração todos os entes federados.

Não vamos fazer reforma em que decida um caminho sem que haja equilíbrio federativo", afirmou.

Ele pontuou ainda que está em negociação para conseguir construir um texto que garanta a autonomia dos Estados. "Quer maior perda de autonomia do que decisão da União em mexer em combustível sem combinar com ninguém e afetar na arrecadação de todo mundo? Isso é falta de autonomia. Estamos construindo texto que não estamos permitindo que se faça isso. É isso que estamos trabalhando." Em sua fala, o relator reforçou que a **reforma tributária** "não é uma reforma de partido político, não é reforma de direita, de esquerda, nem de centro". "Não vou entrar em briga de [Jair] Bolsonaro e [Luiz Inácio] Lula [da Silva] nem de ninguém. Estamos pensando em Estados, municípios e na economia do país", acrescentou.

Nessa terça-feira, contudo, numa reunião com cerca de 40 dos 99 deputados federais, a bancada do PL decidiu pedir o "fechamento de questão" contra a reforma após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticá-la nas redes sociais. Esse mecanismo obriga os parlamentares a seguirem a posição da legenda para não serem punidos por infidelidade.

Pelo menos metade deles cogitava votar a favor da reforma.

O PT, por sua vez, decidiu apoiar o texto. Já o líder do PDT e do maior bloco parlamentar da Câmara, que inclui também PSB, União Brasil, PP e partidos nanicos, o deputado André Figueiredo (CE), afirmou que ainda há incertezas em relação à pauta.

Prefeitos de capitais e grandes cidades também desembarcaram na capital federal para participar das articulações. Eles protestaram contra a unificação do ISS com o ICMS no futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e pediram a Lira o adiamento da apreciação pelo plenário da Câmara para o próximo semestre. No entanto, ouviram que esta não é a intenção e que a reforma só não será votada se não houver apoio suficiente.

"Os prefeitos estavam vivendo da ilusão de que não seria votado, mas entenderam hoje que ele [presidente da Câmara] fará todo o esforço para aprovar e vão fazer sugestões para a PEC", disse o deputado Jonas Donizete (PSB-SP), ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).



Em geral, os governadores também têm apresentado sugestões à reforma, como a elevação do repasse da União para os Estados previsto no Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para compensar eventuais perdas dos entes subnacionais.

Em reunião com parlamentares do bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e Podemos, o relator ouviu que todos os partidos tinham pré-disposição em analisar a reforma, mas houve ponderações sobre a necessidade de mudanças no conteúdo do parecer. "Vamos tentar fazer convergência dos Estados se não como um todo pelo menos no que for possível. Naquilo que não for possível ter consenso, vamos a votação e o placar é soberano", disse Ribeiro após o encontro.

"Não vou entrar em briga de Bolsonaro e Lula, nem ninguém" Aguinaldo Ribeiro

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594?page=1&section=1)**

# As 26 expressões "poderá" na reforma tributária

Fio da Meada

[valor.globo.com/legislacao](http://valor.globo.com/legislacao)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594>

# Proposta pode incluir criação de cesta básica nacional

## **GERALDA DOCA**

A **Reforma Tributária** pode incluir uma mudança que interfere diretamente no orçamento das famílias mais pobres: a criação de uma cesta básica nacional. A ideia já foi apresentada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que concordou com ela, segundo interlocutores a par das discussões. O objetivo é criar uma lista de produtos que teriam alíquotas reduzidas.

O relator do texto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), se disse favorável à medida, mas não deu detalhes: -Vamos colocar. Eu já disse que não vamos onerar - disse.

- Nenhum parlamentar quer onerar a cesta.

Hoje, a cesta básica já é isenta de **impostos** federais, mas cada estado tem uma alíquota própria de ICMS, para produtos diferentes. Uma lista elaborada pela Abras (associação de supermercados) está em análise na Fazenda e no gabinete do relator, segundo a entidade. A relação tem 34 itens, como água sanitária, absorvente íntimo e fralda descartável.

Segundo o presidente da Abras, João Galassi, uma cesta básica nacional ajudará a evitar aumento de preços. Uma vantagem, diz, é adotar uma alíquota reduzida em todo o país ou com pequena variação de alíquota, com previsão de percentuais máximos e mínimos para certos produtos e isenção para outros: - Pedimos isenção da cesta básica, mas sabemos que há questões fiscais envolvidas.

Atualmente, os produtos da cesta básica têm isenção de **impostos** federais (PIS e Cofins), mas incidência de ICMS, com alíquotas diferenciadas por estado. A reforma unifica cinco **tributos**, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para ICMS e ISS, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para PIS, Cofins e IPI.

O relatório da reforma prevê tratamento diferenciado a produtos da cesta básica e corte de 50% na alíquota padrão a ser instituída. Mas, segundo estimativas da Abras, isso não bastaria para segurar os preços.

A equipe econômica contesta esses cálculos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senado aprova Galípolo para diretoria do Banco Central

*Tháísa Oliveira e Fábio Pupo*

O Senado aprovou nesta quarta-feira (4) o nome do ex-secretário Executivo do Ministério da Fazenda Gabriel Galípolo para a diretoria de Política Monetária do Banco Central, uma das mais importantes da autarquia depois da presidência.

Indicado pelo governo Lula (PT), Galípolo recebeu 39 votos a favor, 12 contra e uma abstenção. Na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), ele fora aprovado por 23 votos a 2.

Também foi aprovada a indicação de Ailton de Aquino Santos para a diretoria de Fiscalização -42 votos a favor, 10 contra e uma abstenção. Ele será o primeiro preto na diretoria do Banco Central.

Em sabatina na CAE, Galípolo disse que só uma "taxa de juros neutra" de 4,5% ao ano não é "solução para crescer" e fez acenos ao presidente da autarquia, Roberto Campos Neto -indicado pela gestão Jair Bolsonaro (PL).

"O crescimento do Brasil não depende só de uma questão externa. Como bem colocou o diretor-presidente do Banco Central, Roberto Campos, se agente seguir com premissas de um crescimento potencial de 1,5%, 1,6%, e taxa de juros neutra de 4,5%, por mais sofisticados que sejam os modelos e os economistas que tratam dos modelos, a relação dívida-**PIB** não vai apresentar bom comportamento." "Como também disse o presidente Roberto Campos, a única solução é crescer. E, para crescer, é preciso seguir com agenda econômica que vem sendo enfrentada agora mesmo em conjunto pelo Executivo, Legislativo e Judiciário." Nome de confiança de Lula, Galípolo precisará se equilibrar entre a autonomia legal do BC e a missão credita-

da a ele de abrir caminho para o corte da Selic. A leitura petista é que o juro alto prejudica a atividade econômica, cuja retomada é vista como crucial para a consolidação de apoio popular e político ao governo Lula.

Galípolo afirmou ainda que diretores da autoridade monetária não devem o pinar sobre a autonomia do BC, mas disse que é "a vontade das urnas" que determina o destino econômico do país.

Assim como Galípolo, Ailton afirmou estar otimista com o futuro. Ele destacou a importância da "independência" e "da autonomia" da área de Fiscalização e disse que pretende trabalhar para o crescimento das cooperativas de crédito.

Servidor do Banco Central há mais de 25 anos, Ailton fez uma menção indireta à operação-padrão iniciada na segunda (3). Ele disse que a área

"vem sofrendo um processo de encolhimento", com boa parte dos servidores aptos a se aposentar, e que há "assimetria" em relação à remuneração de outras carreiras.

Os dois nomes sabafinados pelo Senado são os primeiros a serem indicados pela atual gestão de Lula para o BC -cuja diretoria atual é integralmente ocupada por indicações de Bolsonaro.

Interlocutores do governo veem a indicação de Galípolo como uma forma de "marcar território". A postura rígida do colegiado em defesa dos juros em 13,75% ao ano é alvo de críticas da gestão petista.

A aposta é que ele seja o escolhido de Lula para suceder Campos Neto, cujo mandato na presidência do BC termina em dezembro de 2024.

O relator da indicação de Galípolo na CAE, senador Otto Alencar (PSD-BA), um dos principais aliados do presidente da República no Senado, afirmou que o economista deve "diminuir o conservadorismo do Banco Central".

No passado recente, Galípolo já defendeu ideias consideradas menos ortodoxas para a condução da política econômica. Em 2022, ele assinou um documento com outros nove especialistas com propostas na linha da Teoria Monetária Moderna. Um dos coautores era André Lara Resende, expoente no Brasil da chamada MMT, na sigla em inglês.

Galípolo foi questionado pela CAE sobre a criação de uma moeda sul-americana, defendida por ele e pelo ministro da Fazenda em artigo na Folha em abril. O economista fez uma distinção entre moeda comum - mencionada por ele- e moeda única (como o euro), e reafirmou que a ideia não é substituir as moedas

nacionais.

Apesar das expectativas, Haddad disse que Galípulo não é filiado ao PT e não vai representar o pensamento do partido no colegiado.

A lei de autonomia do Banco Central, aprovada em 2021, determina mandatos fixos de quatro anos ao presidente e aos diretores da autarquia, que podem ser renova-

os apenas uma vez e não são coincidentes com o do presidente da República.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>**

# Alimentos têm a menor pressão na inflação em 45 meses

**Mauro Zafalon**

Os alimentos mantêm tendência de queda e registraram, em junho, a maior redução de preço em 45 meses em São Paulo. No mês passado, tiveram deflação de 0,80%, o que inibiu uma evolução da taxa média de inflação.

Segundo a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a inflação média de junho ficou praticamente estável na cidade de São Paulo, com recuo de 0,03%.

A queda nos preços dos alimentos nos supermercados reflete o que ocorre no campo. Com maior oferta de produtos e, até então, sem a ocorrência de efeitos climáticos severos, como em 2021 e em 2022, os preços de boa parte dos produtos estão em queda.

Além de uma melhora na oferta interna, os preços praticados dentro da porteira refletem a desaceleração mundial das commodities. A produção internacional de grãos melhorou, e os estoques estão sendo repostos, o que tem provocado uma queda nos preços internacionais.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50328&maxTouch=0&anchor=6479765&pd=52053728d504f55b8623c51695aea186>**

# Aprovado para o BC, Galípolo diz que linguagem do Copom gera ruído

**THAÍS BARCELLOS CÉLIA FROUFE BRASÍLIA**

O plenário do Senado aprovou, no início da noite de ontem, as indicações de Gabriel Galípolo e de Ailton Aquino para compor a diretoria do Banco Central. Galípolo, que era o número 2 de Fernando Haddad na Fazenda, vai assumir a diretoria de Política Monetária do BC. Ele recebeu 39 votos a favor e 12 contra.

Aquino, indicado para dirigir a área de Fiscalização, obteve 42 votos favoráveis e 10 contrários. Houve uma abstenção em ambas as votações.

Mais cedo, Galípolo e Aquino haviam participado de sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que ao final também havia aprovado seus nomes: Galípolo teve 23 votos favoráveis e dois contrários, enquanto Aquino foi confirmado por 24 a 1.

Durante a sabatina, Galípolo disse que a comunicação do BC tem uma "linguagem própria" e que a publicação de documentos da autarquia provoca um verdadeiro "campeonato" de interpretação de texto.

O economista é visto no mercado como uma voz favorável ao afrouxamento da atual política monetária - contrário, portanto, à manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, nível que se mantém desde agosto do ano passado.

"A cada vez que sai a ata do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), na (Avenida) Faria Lima (principal centro financeiro do País), se inicia um campeonato mundial de interpretação de texto, sobre o que cada vírgula quer dizer", afirmou ele, lembrando que o BC já está preocupado em aumentar a transparência e clareza da sua comunicação.

Galípolo também disse que não se sente como "preposto" do governo na diretoria do BC. "Realmente, espero que a indicação do presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) e de vocês venha da capacidade técnica para desempenhar o papel e ajudar na interlocução".

**JUROS.**

Galípolo disse ainda que o mercado financeiro vê com bons olhos o esforço que foi feito até aqui para que os juros recuem ao longo do tempo.

E lembrou que até o início do Plano Real, em 1994, toda a literatura econômica brasileira era basicamente sobre a inflação.

"Desde então, a discussão migrou para os juros altos.

Não é questão de agora, (o juro) é estruturalmente alto (no País)", disse ele durante a sabatina.

Quanto ao papel das expectativas dos agentes financeiros sobre o nível da Selic, ele comparou essa atuação a um concurso de beleza, dizendo que, se há a intenção de se antecipar o nome do vencedor, é preciso analisar quem seria o candidato ou candidata com maior potencial de ser aprovado pela audiência, sem considerar a opinião pessoal.

**AUTONOMIA.**

Com a lei que estabelece mandatos fixos e não coincidentes para a cúpula do BC, os dois novos escolhidos pelo governo Lula terão de conviver com uma diretoria majoritariamente indicada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Caso, inclusive, do atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto - alvo frequente de ataques da equipe econômica, que quer a queda da Selic o quanto antes.

Nos bastidores do governo, aliás, Galípolo já é visto como o sucessor de Campos Neto, que deixa a presidência do BC em dezembro do ano que vem. Antes, porém, a expectativa é de que tanto ele quanto Aquino sejam vozes próafrouxamento monetário no Comitê de Política Monetária (Copom). Para o governo, a queda da Selic já deveria ter acontecido há algum tempo.

Na última reunião do Copom, a maioria dos seus membros concordou já haver condições para uma queda de juros "parcimoniosa" já a partir de agosto, caso o processo de desaceleração da inflação continue.

"A cada vez que sai a ata do Copom, na Faria Lima se inicia um campeonato mundial de interpretação de texto, sobre o que cada vírgula quer dizer" Gabriel Galípolo Indicado para o BC

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Venezuela e China provocam divisão na Cúpula do Mercosul (Editorial)

A volta do Brasil à Presidência rotativa do Mercosul marca também um retorno ao passado, com a tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de incorporar novamente a Venezuela ao bloco. Não são apenas velhas questões que desafiam os quatro países. O Uruguai parece ter entrado na fase de ultimato para que se faça um acordo conjunto com a China, cuja negativa levará o país a negociá-lo separadamente, segundo declarou claramente o presidente uruguaio, Lacalle Pou.

"Quando vemos que não avançamos juntos, entendemos a visão de cada um de vocês. A nossa é que façamos juntos. Se não podemos fazer assim, vamos fazer bilateralmente", disse Pou ontem, no último dia da 62ª Cúpula do Mercosul, em Puerto Iguazú (Argentina). O presidente do Uruguai, pela quarta vez, deixou de assinar o documento conjunto da reunião, defendeu mais uma vez a flexibilização das regras do Mercosul e criticou o "isolamento" do bloco, com a falta de acordos comerciais relevantes - uma constatação irretorquível.

Após quase três décadas negociando um acordo com a União Europeia, assinado em junho de 2019, houve um curto circuito provocado por uma "side letter" dos europeus que procurava forçar o governo do então presidente Jair Bolsonaro a interromper a devastação ambiental generalizada na Amazônia. Não se conhece o teor da carta, mas o Planalto aponta que há sanções previstas pelo descumprimento de metas ambientais, algo que nem o Acordo de Paris estabeleceu.

O presidente Lula e o presidente da Argentina, Alberto Fernández, aproveitaram o pretexto para tentar reabrir o acordo, um passo temerário. Ontem, na cúpula, Lula voltou a criticar a carta, considerou-a "inaceitável" e merecedora de uma resposta "contudente", termos que não são próprios de linguagem diplomática. O coro foi engrossado por Fernández, que afirmou que o Mercosul foi quem mais cedeu nas negociações e acusou: "É lá na Europa que estão as atitudes protecionistas".

De protecionismo Lula e Fernández entendem. O Brasil é um dos países mais fechados ao comércio do mundo e a Argentina restringe até mesmo as importações dentro do que deveria ser uma zona de livre comércio, a ponto de, ao impedir e retardar administrativamente a entrada de mercadorias

brasileiras, a China ter se tornado o maior exportador para o país. A proteção às compras governamentais para as empresas brasileiras, que seria a única maneira de o país proteger as pequenas e médias empresas, argumento governista, pode ser amenizada e estimular a concorrência e a competitividade nacional. É possível, como já foi feito, estipular margens percentuais de preferência de preços, a partir das quais todos os fornecedores estariam em pé de igualdade.

Lula, ao tentar reintegrar a Venezuela, pode ampliar as fissuras do Mercosul. Lacalle Pou e o presidente paraguaio, Mario Abdo Martínez, protestaram contra a Venezuela, afastada do bloco por não respeitar a cláusula democrática. Os dois presidentes mencionaram o último feito da ditadura de Nicolás Maduro, a impugnar, após "investigação patrimonial", a candidatura da deputada María Corina Machado, opositora com maiores chances de enfrentar Maduro nas urnas. Ela foi proibida de ocupar cargos públicos por 15 anos. Antes, Henrique Capriles e Juan Guaidó, populares membros da oposição, já haviam sido alijados da disputa.

Alberto Fernández minimiza as iniciativas antidemocráticas de Maduro, ao apontar que as sanções à Venezuela são responsáveis pelo descalabro econômico do país, um dos maiores da história em tempos de paz. A defesa de Maduro por Lula é mais entusiasmada. Depois de atribuir um "conceito relativo" à democracia e estender um tapete vermelho ao presidente venezuelano em Brasília, Lula condenou a tentativa de "isolamento" de Caracas. "Precisamos conversar com todo mundo", disse ontem. Todos os governos petistas dialogaram muito com Hugo Chávez e Nicolás Maduro e não os impediram de empurrar a Venezuela para um precipício econômico e uma autocracia - conversa fiada pura e cínica.

A Argentina pode vir a endossar as censuras do Uruguai e Paraguai à falta de democracia na Venezuela em breve.

Desunidos em meio a nova e grave crise econômica, os peronistas podem perder a eleição presidencial em outubro.

Nem Alberto nem Cristina Fernández irão concorrer e



depositaram suas chances em Sergio Massa, o ministro da Economia, que se debate com aguda falta de reservas e uma **inflação** que ultrapassou 114%. Fernández, na cúpula, disse que seu país foi afetado "pela calamidade de uma dívida irresponsavelmente pedida pelo governo argentino e irresponsavelmente outorgada pelo FMI". A Argentina está pedindo a antecipação dos desembolsos do programa com o Fundo, única fonte de recursos que mantém o país à tona.

Se o Brasil no comando do bloco pretende uni-lo, e não aprofundar desavenças, a melhor coisa a fazer é arranjar da melhor forma possível a entrada em vigor do acordo com a União Europeia e envidar esforços para que a Venezuela cumpra a cláusula democrática do Mercosul e realize eleições livres de fato, e não o simulacro que tem se repetido tristemente ao longo dos anos.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187594>

# A volta da inflação muda o mundo (Artigo)

**Martin Wolf**

Martin Wolf é editor e principal analista de economia do Financial Times

Nos países de alta renda a inflação dos preços ao consumidor alcança taxas não observadas nas últimas quatro décadas. Pelo fato de a inflação ter deixado de seguir baixos patamares, o mesmo ocorreu com as taxas de juros.

A era dos juros "baixos por muito tempo" acabou, pelo menos por enquanto. Por que isso ocorreu? Será uma mudança duradoura?

Qual deveria ser a reação da política pública?

Nas últimas duas décadas, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) ofereceu um ponto de vista diferente do da maioria das organizações internacionais e bancos centrais de peso. Enfatizou os perigos de uma política monetária ultraexpansiva, do endividamento elevado e da fragilidade financeira.

Sempre valeu a pena considerar sua posição, caracterizada por certo catastrofismo.

O relatório resume a recente experiência como de "inflação alta, resiliência surpreendente da atividade econômica e os primeiros sinais de estresse grave no sistema financeiro".

Destaca a opinião defendida em amplos círculos de que a inflação vai diminuir e desaparecer.

Em contraposição, observa que a porcentagem de itens da cesta de consumo com altas anuais dos preços de mais de 5% alcançou mais de 60% nos países de alta renda.

Enfatiza também que os salários reais caíram significativamente neste episódio de inflação. "Seria pouco razoável prever que os assalariados não tentarão recuperar o poder de compra perdido, até porque os mercados de trabalho permanecem muito apertados", afirma. Os trabalhadores poderiam reaver parte dessas perdas, sem manter a inflação em níveis elevados, desde que os lucros fossem comprimidos. Nas economias resilientes de hoje, no entanto, uma disputa distributiva parece muito mais provável.

A fragilidade financeira torna as reações de política

pública mais difíceis de calibrar. Segundo o Instituto de Finanças Internacionais, a relação dívida bruta global sobre PIB estava 17% maior no começo de 2023 do que pouco antes de o Lehman falir, em 2008, apesar das quedas pós-covid-19 (ajudadas pela inflação). Taxas de juros já em alta e corridas aos bancos causaram episódios de desestruturação.

Novos problemas são passíveis de ocorrer, diante do acúmulo de prejuízos nas instituições mais expostas a riscos imobiliários, de juros e de vencimento. Com o passar do tempo, também, as famílias tendem a sofrer em decorrência da alta dos custos de tomada de empréstimos.

Os bancos cujos preços das ações estão abaixo do valor contábil terão dificuldades em captar mais capital. A situação de instituições financeiras não bancárias é ainda menos transparente.

Uma combinação desse gênero, de pressão inflacionária com fragilidade financeira, não existia na década de 1970. Em parte por causa disso, "o último quilômetro" da jornada desinflacionária pode ser o mais difícil, sugere o BIS. Isso é plausível por motivos econômicos e políticos.

O BIS não acrescenta o populismo à sua lista de preocupações. Mas esse fator deveria fazer parte dela.

Como chegamos a essa confusão?

Todos sabemos dos choques de abastecimento pós-covid e da guerra na Ucrânia. Mas, observa o BIS, "o extraordinário estímulo monetário e fiscal mobilizado durante a pandemia, justificado na época, parece grande demais, amplo demais e duradouro demais".

Por outro lado, a fragilidade financeira, sem dúvida, aumentou durante o longo período de baixas taxas de juros. O ponto no qual discordo do BIS é se a era dos juros "baixos por muito tempo" poderia ter sido evitada. O Banco do Japão (o BC do país) bem que tentou, no início da década de 1990, e o Banco Central Europeu também, em 2011. Ambos fracassaram.

O que vivenciamos agora será uma mudança duradoura do ambiente monetário ou apenas temporária?

Simplesmente não sabemos.

Isso depende do grau pelo qual a inflação elevada se

limitou a ser o produto de choques de oferta.

Depende também de as sociedades, há muito tempo pouco acostumadas à **inflação**, decidirem ou não que reduzi-la é tarefa árdua demais, como ocorreu em tantos países na década de 1970. Depende também de até que ponto a fragmentação da economia mundial reduziu permanentemente ou não as elasticidades da oferta. Depende, principalmente, de se a era de taxas de juros reais ultrabaixas acabou ou não.

Se não acabou, este foi mesmo um abalo apenas passageiro.

Nesse caso, teremos estresses significativos pela frente, já que as altas taxas de juros tornam os atuais níveis de endividamento difíceis de sustentar.

Finalmente, o que se pretende fazer? O BIS acredita na doutrina dos velhos tempos. Argumenta que depositamos um grau de confiança elevado demais nas políticas fiscal e monetária e baixo demais nas políticas estruturais. Em parte por esse motivo, empurramos nossas economias para o que chama de "região de estabilidade", nas quais as expectativas (principalmente a de **inflação**) são, em grande medida, autoestabilizantes.

A distinção que faz entre a maneira pela qual as pessoas se comportam em ambientes de **inflação** baixa e de **inflação** alta é valiosa.

Corremos agora o risco de transitar de forma duradoura entre uma e outra. Os desdobramentos ao longo do curto intervalo dos próximos anos serão decisivos. É por isso que os bancos centrais têm de ser bastante corajosos.

Mas eu continuo pouco convencido por todos os dogmas dessa doutrina. O BIS argumenta, por exemplo, que os formuladores de políticas públicas deveriam ter tratado com mais serenidade a **inflação** persistentemente baixa. Mas isso teria aumentado significativamente as chances de que a política monetária se mostrasse impotente em uma grave recessão. Argumenta também que a estabilização macroeconômica não é tão importante assim. Mas recessões prolongadas e **inflação** alta são, no mínimo, igualmente intoleráveis. Além disso, um ambiente macroeconômico estável é, ao menos, proveitoso para o crescimento, ao facilitar tanto o planejamento das empresas.

Sobretudo, continuo pouco convencido de que o objetivo dominante da política monetária deveria ser a estabilidade financeira.

Como alguém pode argumentar que as economias têm de ser mantidas permanentemente fracas a fim de impedir que o setor financeiro as faça ir pelos ares? Se esse é o perigo, vamos encará-lo de frente.

Devemos começar por eliminar a dedutibilidade fiscal dos juros, aumentar as sanções pecuniárias sobre pessoas que levam empresas financeiras ao colapso e fazer com que a resolução [ou seja, a reestruturação, recapitalização e liquidação] de instituições financeiras falidas funcione.

Mas o BIS sempre levanta grandes problemas. Isso é de valor inestimável, mesmo quando a pessoa não concorda.

(Tradução de Rachel Warszawski)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187594>